

1 **ATA DA 12ª REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO PARA ACOMPANHAMENTO DA ELABORAÇÃO**  
2 **DO PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DO CBH GRANDE.** Aos vinte e três dias do mês  
3 de Agosto do ano de dois mil de dezessete, às dez horas e vinte e três minutos, deu-se início a  
4 12ª Reunião do Grupo de Trabalho e Acompanhamento da Elaboração do Plano Integrado de  
5 Recursos Hídricos (GT Plano) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Grande (CBH Grande),  
6 realizada no Palace Hotel , situado à Praça Pedro Sanches, s/nº, centro, no município de Poços  
7 de Caldas - MG. Estiveram presentes os seguintes representantes: Edgar Gaya Banks Machado  
8 (ANA), Wagner Martins da Cunha Vilella (ANA), Laura Bertolino de Souza Lima (IGAM/MG), Irene  
9 Sabastino P. Niccioli (DAEE), Antônio Carlos Sales (Prefeitura Municipal de Andradas), Luiz  
10 Eduardo Carvalho Gomes (COPASA), Débora Riva Tavanti Morelli (FIESP), Roberto Ferraz Rosa  
11 (ABAG), Carlos Wagner Alvarenga (ABES), José Edilberto da Silva Resende (ADISMIG) e Cristiane  
12 Guiroto (ABAS). Participaram como convidados: Aline Luciana Dias (ABHA), Ceci Bueno Caprio  
13 (SeMAE), Cristian Sanabria (Profill/Fato), Dayana de Sá e Sousa (ABHA), Januária da Fonseca  
14 Malaquias (IGAM), Leonardo Mitre Alvim de Castro (Engecorps), Maria de Lourdes Nascimento  
15 (IGAM), Márcio de Freitas (ANA), Ricardo Wagner Ribeiro (ABHA), Rita de Cássia Sarafian (DAEE),  
16 Tânia Regina Dias (ANA). A Coordenadora do GT Plano, Débora Riva, dá início à reunião dizendo  
17 que houve uma solicitação de pedido de inclusão de assunto na pauta após a convocação pelo  
18 membro José Edilberto (ADISMIG) e pede a ele para explicar o assunto solicitado, para que em  
19 seguida seja colocado para aprovação do grupo tal inclusão. José Edilberto (ADISMIG) pede para  
20 ser incluído nesta pauta: a) resposta do parecer seja discutida no âmbito do GT Plano com as  
21 devidas justificativas e devidos registros de voz; b) garantir que todos os membros do GT Plano  
22 se manifestarem considerando a possibilidade de alguns membros do grupo estarem alheios a  
23 proposta de aprovação via e-mail; c) que sejam apresentados todos os ofícios com indicação dos  
24 suplentes indicados para a composição do GT conforme a Deliberação do CBH 19/2015, e chama  
25 atenção para o papel da Secretaria Executiva que registre de forma bem transparente a entrada  
26 de documentação na secretaria; d) cronograma de entrega dos produtos sejam sincronizados  
27 com as atas e respectivas câmaras técnicas; e) todos os registros das participações de pessoas  
28 externas que não compõe o GT ocorridas na reunião de Ribeirão Preto seja feita em ata  
29 separada, uma vez que não foi objeto da pauta a presença do Srs. Carlos Eduardo Nascimento  
30 Alencastre (DAEE) e Germano Hernandez Filho (Prefeitura Municipal de Catanduva), bem como  
31 a participação do Adriano Melo (FIESP) que ele questiona tendo em vista que aquelas falas  
32 prejudicaram e interferiram no andamento da reunião porque colocou em xeque toda a  
33 credibilidade dos trabalhos até agora desenvolvidos. A Coordenadora coloca em discussão sobre  
34 incluir o item do José Edilberto (ADISMIG) na pauta; o grupo decide por incluir o item na pauta  
35 denominado item 5. Débora (FIESP) comunica que a pedido da Tânia (ANA) será feita uma  
36 inversão dos itens de nº 2 e 4. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de Andradas) faz uma  
37 comunicação na qual diz que ficou muito triste com a saída do João Cabrera Filho representante  
38 da ABAG porque ele esteve presente deste o início do GT Plano, que não esperava a saída dela;  
39 e faz a proposta ao grupo para convida-lo a participar de todas as reuniões futuras do GT Plano,  
40 tendo em vista que ele é uma pessoas merecedora e cooperou com o grupo. Cristiane (ABAS)  
41 complementa dizendo para enviar os produtos do GT para ele, bem como, atas e demais  
42 documentos complementares. Débora (FIESP) diz que ele está no grupo do Gmail e do whatsapp,  
43 mas que pode ser pedido a secretaria executiva para encaminhar. Carlos Wagner (ABAS) reitera  
44 a palavra do Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de Andradas) no que diz respeito a  
45 importância do João Cabrera Filho, sua bagagem e experiência; diz que é importante encaminhar  
46 o que está sendo trabalhado no grupo para ele; e completa dizendo que em relação ao novo  
47 membro da ABAG, que está simplesmente referendando o valor do João Cabrera Filho e diz que  
48 sabe que o novo membro também vai contribuir. Roberto (ABAG) se apresenta dizendo que é

49 engenheiro agrônomo, que faz parte da ABAG atualmente, que ele tem a árdua tarefa de  
50 substituir o João Cabrera Filho pela ABAG e isso não quer dizer que ele vai substituir o Cabrera  
51 em tudo que ele contribui para esse grupo e que a saída dele foi por questões administrativas  
52 tendo em vista que ele não merece isso (questões administrativas internas da associação, por  
53 isso que os representantes não são as pessoas e sim as entidades), porém a participação do dele  
54 foi oferecida de uma outra forma, onde o Cabrera era nosso consultor e por questões  
55 administrativas não foi possível mais mantê-lo nessa função e foi sugerido ao Cabrera que  
56 continuasse com apenas o pagamento das despesas e diz que o Cabrera não aceitou desta  
57 forma, mas que ele acredita que o grupo o convidando ele possa aceitar voltar com certeza; diz  
58 ainda que espera contribuir de alguma forma no plano e contribuir com a instituição no qual ele  
59 representa neste grupo que ele se coloca à disposição para o bom andamento dos trabalhos  
60 dessa comissão, desse comitê e desse conselho. A coordenadora da continuidade na reunião,  
61 **item Aprovação da Ata da reunião anterior**, referente a 10ª Ata da Reunião do GT Plano que já  
62 foi aprovada na 11ª Reunião do GT Plano, somente com a pendência da conferência do  
63 questionamento da Laura (IGAM) referente a fala do Odorico (FIEMG) em relação as linhas 160  
64 a 162; foi realizada a conferência do áudio (1:59:13 – 1º áudio – período da manhã) e consta a  
65 fala do Odorico. Laura (IGAM) diz que é uma pena que o Odorico tenha faltado nas últimas duas  
66 reuniões porque ela queria uma explicação dele em relação a quais seguimentos; mas que pode  
67 aguardar a próxima reunião, ou o GT encaminha um e-mail pedindo que ele se explique. Carlos  
68 Wagner (ABAS) diz a coordenadora Débora (FIESP) que é importante que essa questão seja  
69 esclarecida para não prolongar. Roberto (ABAG) diz que a ata é enviada antes da aprovação  
70 justamente para que as pessoas possam tirar essas dúvidas e inclusive a quem foi citado e diz  
71 que o Odorico (FIEMG) deve estar recebendo essas atas e se ele achou alguma inconsistência  
72 ele deveria se manifestado na ocasião, se ele não se manifestou é porque é correta a aplicação  
73 da fala. Débora (FIESP) diz que se a Laura (IGAM) quiser ouvir o trecho do áudio foi selecionado.  
74 José Edilberto (ADISMIG) diz que entende que é importante ouvir. Laura (IGAM) diz que ouvirá  
75 o trecho do áudio na hora do almoço. Passando para a ata da 11ª Reunião do GT Plano Débora  
76 (FIESP) pede a dispensa da leitura da mesma e coloca a ata em discussão para aprovação. José  
77 Edilberto (ADISMIG) diz que referente as linhas 75 e 76 será tratado daqui a pouco; na linha 101  
78 (áudio 34:01) referente as ausências, ele diz que acha que está dando resultado pelo quórum  
79 que a gente está tendo aqui hoje e agradece a participação de todos; nas linha 121, 169 José  
80 Edilberto (ADISMIG) pede para conferir a sinalização na palavra “conferencia” – acento  
81 circunflexo, solicitação atendida; na linha 159, José Edilberto (ADISMIG) diz que é 27ao invés de  
82 23, solicitação atendida; na linha 205, José Edilberto (ADISMIG) chama atenção para conferência  
83 do áudio (pendência), reitera essa importância; na linha 207, José Edilberto (ADISMIG) diz que  
84 no áudio a Aída (Engecorps) falou antes do Carlos Alencastre (DAEE) e para efeito de cronologia  
85 associado à o que ele já tinha pedido ele acha importante decidir essa questão; diz ainda que  
86 pode ser que a gente tenha que refazer essa ata em função desse ponto da participação da do  
87 Carlos, levando em consideração do que a Aída falou antes e não consta nesse ponto a fala dela,  
88 solicitação atendida. No ponto 01:19 na linha 213, José Edilberto (ADISMIG) diz que chama  
89 atenção para a transcrição diz que está faltando a parte da fala do Wagner (ANA) (em relação a  
90 concordância que menciona alguma imposição sobre estado) no qual ele acha que esse ponto  
91 deveria ser regatado no áudio e transcrever a fala do Wagner (ANA) porque está deixando  
92 incompleto no contexto a fala dele, então fica a sugestão para que reouça e refaça esse ponto  
93 da ata; diz ainda que não sabe se todos leram, ouviram e que está no ponto 01:19, solicitação  
94 atendida. Na sequência, na linha 220, José Edilberto (ADISMIG) pede para resgatar fala do Edgar  
95 (ANA) já que é um diálogo e que em linhas gerais está sendo transcrito um diálogo, solicitação  
96 atendida. Na linha 250, José Edilberto (ADISMIG) diz que no ponto 01:31 do áudio teve uma

197 intervenção da Laura (IGAM) que está fora do contexto, onde Laura (IGAM) fala do subgrupo e  
198 da forma que foi feita a reunião dos paulistanos em relação ao plano, solicitação atendida. Na  
199 linha 257, José Edilberto (ADISMIG) diz que não constam na ata a fala do Wagner (ANA) onde  
200 ele menciona DAEE e FIESP; novamente José Edilberto (ADISMIG) reitera a importância que se  
201 figure a fala do Wagner (ANA) na ata já que ele está falando em nome da ANA, solicitação  
202 atendida. Na linha 258 e 259, José Edilberto (ADISMIG) diz que chama a atenção de todos para  
203 a fala do Carlos Alencastre (DAEE) na qual ele menciona que quem vai decidir é a plenária, tendo  
204 em vista que não aparece neste ponto aqui essa questão (áudio 01:36). José Edilberto (ADISMIG)  
205 completa que é o texto dentro do contexto, é a mesmo caso da fala do Odorico (FIEMG), fora  
206 do contexto é uma coisa, dentro do contexto é a fala do Carlos Alencastre (DAEE) naquele ponto  
207 ali solicitação atendida. Na linha 309, na fala do Carlos Alencastre (DAEE), José Edilberto  
208 (ADISMIG) diz que na forma que ele colocou (ponto do áudio 01:45) “mas visa dar transparência  
209 e a gente colocando, na sequência a Laura fala alguma coisa, mas o detalhe: o time de lá  
210 participe também” (José Edilberto diz que Carlos Alencastre falou isso, no áudio está desta  
211 forma), ou seja, quando ele faz a solicitação para que o pessoal faça uma análise do que está  
212 sendo discutido no GT Plano significa dizer que o time de lá está jogando junto com a gente e a  
213 gente não está sabendo desse jogo, neste contexto aqui a fala dele se remete a essa questão  
214 que não está na ata; José Edilberto (ADISMIG) diz que é por isso que ele fala do documento que  
215 vai ser discutido no final, se a gente não tiver uma postura em relação a participação do Carlos  
216 Alencastre (DAEE) e em relação ao áudio, felizmente o áudio está comprovando isso ai; então  
217 aqui neste ponto o José Edilberto (ADISMIG) acha que deveria colocar entre aspas “para que o  
218 time de lá participe também”, do Luiz Fernando Carneseca, do Rui Brasil, do questionamento  
219 que eles fizeram lá; José Edilberto (ADISMIG) continua dizendo que “a ata tem que refletir  
220 aquele momento, se a gente decidir ou não decidir que a participação deles não conste na ata,  
221 nós temos um problema muito sério de interferência do GT, porque nós estamos jogando um  
222 jogo aqui (reiterando a fala do Carlos) “que o time de lá joga também”; diz que a Irene (DAEE)  
223 está representando o time de lá, e ele espera que ela esteja representando o time de lá aqui; da  
224 mesma forma que a Débora a FIESP também”, diz ainda que “pode até estar enganado, mas  
225 dentro desse contexto aqui é isso que se quis dizer”; solicitação atendida. No ponto 01:52 do  
226 áudio, na linha 327, José Edilberto (ADISMIG) diz que tem uma conversa paralela do Carlos  
227 Alencastre (DAEE) pedindo uma síntese do que foi discutido dos planos e gravou esse ponto no  
228 áudio, e ele chama atenção porque o áudio demonstra a forma que as coisas foram acontecendo.  
229 José Edilberto (ADISMIG) diz ao Roberto (ABAG) que “ele está chegando agora, mas que o ritmo  
230 é esse ai, que Roberto (ABAG) está negativando”. Roberto (ABAG) diz que “está negativando  
231 porque se é uma conversa paralela é uma conversa paralela”. José Edilberto (ADISMIG) diz “mas  
232 o áudio registrou”. Roberto (ABAG) diz “claro, mas é paralela, então não é oficial” e  
233 complementa que “paralelas são paralelas, elas não devem acontecer, mas se acontecer  
234 também não devem constar em ata”. José Edilberto (ADISMIG) diz que “é sua opinião, que  
235 respeita”. Na linha 366, José Edilberto (ADISMIG) diz que a Laura (IGAM) ficou de enviar um  
236 texto explicando melhor e pergunta se esse texto veio. Laura (IGAM) responde que veio. José  
237 Edilberto (ADISMIG) diz que então esse texto deveria estar aqui na ata. Laura (IGAM) diz que  
238 não, que isso foi depois e que ela mandou no grupo. José Edilberto (ADISMIG) diz que não viu  
239 nenhuma manifestação dela lá. Nas linha 458, 461, José Edilberto (ADISMIG) pede para acentuar  
240 a palavra “agencia”, solicitação atendida. Na linha 462, José Edilberto (ADISMIG) pede para  
241 corrigir “par ao” por “para o”, solicitação atendida. Na linha 464, José Edilberto (ADISMIG) pede  
242 para corrigir a palavra “patinado” pela palavra “patinando” e também colocar tal palavra entre  
243 aspas, solicitação atendida. Nas linhas 578, 579, 580 e 581 referente a fala dele, na qual quando  
244 a Profill for apresentar o resultado aqui ele irá fazer as suas colocações, mas ele chama a atenção

145 para o que ele viu nas oficinas de Cambuí e Andradas não precisava nem ser profeta para saber.  
146 Na linha 605, José Edilberto (ADISMIG) diz que o recado vai para a Tânia (ANA), que quando ele  
147 pediu na reunião de Ribeirão Preto que fosse adiando duas semanas dos seminários para poder  
148 fazer a divulgação/convocação, exatamente porque a convocação não foi bem feita, lá em  
149 Andradas por exemplo só tinha duas prefeituras participando. Na linha 644, José Edilberto  
150 (ADISMIG) diz que aparece duas vezes a palavra “diagnostico” para ser acentuada, solicitação  
151 atendida. Na linha 665, José Edilberto (ADISMIG) pede para retirar a palavra “dentro”,  
152 solicitação atendida. Na linha 740, José Edilberto (ADISMIG) diz que reitera sobre o  
153 comprimento do arquivo, uma vez que o comprimento total do arquivo é 719933, mas pode ter  
154 como referência o tempo do áudio porque dependendo do programa que abre altera o volume,  
155 na ata consta 703, mas exatamente é 719933 bits. José Edilberto (ADISMIG) agradece e diz que  
156 essas são as contribuições dele para a ata. Débora (FIESP) agradece ao José Edilberto (ADISMIG)  
157 e pergunta se existe mais alguma consideração de mais algum membro; a coordenadora coloca  
158 a ata da 11ª Reunião do GT Plano para aprovação; a ata é aprovada por unanimidade. Dando  
159 continuidade à reunião é colocado o **item de pauta no qual foi solicitada a inclusão pelo José**  
160 **Edilberto (ADISMIG)**. Débora (FIESP) diz que enquanto o José Edilberto (ADISMIG) estava  
161 fazendo seus questionamentos junto a ata, ela olhou o documento que rege esse GT, no que se  
162 refere ao questionamento da presença das pessoas na reunião do GT; diz que ela não sabe quem  
163 convidou o Germano (Prefeitura Municipal de Catanduva), mas que ele é o presidente do  
164 comitê, então ela acha que é legítimo ele participar da reunião do GT a qualquer momento; na  
165 verdade não só por ele ser presidente, mas porque qualquer pessoa pode participar da reunião  
166 do GT. Débora (FIESP) diz que o Carlos Alencastre é diretor do DAEE e o DAEE tem representação  
167 dentro do grupo e ela não vê problema nenhum também dele participar; o Adriano (FIESP) é o  
168 suplente no GT com indicação dentro dos trâmites que todos os membros e todas as entidades  
169 fizeram a indicação e além disso ele é coordenador da CTIL e que ela não vê onde vocês estão  
170 vendo impedimento legal para participação; eles tem por direito a fala porque se trata de um  
171 grupo de trabalho tendo em vista que o GT não vota nada; e a deliberação que estabelece os  
172 trâmites e os procedimentos do GT não tem nada que define que tem que barrar a participação  
173 deles; diz ainda que contribuições são bem vindas e que se fosse necessário que alguma entidade  
174 em algum momento que tenha termo jurídico, que precisa participar ele pode acompanhar, ele  
175 pode acompanhar qualquer reunião do comitê como ouvinte; se ele precisar falar, se ele quiser  
176 falar ele também pode falar porque a gente não tem esse impedimento nos nossos documentos;  
177 agora pode ser que eu esteja fazendo uma leitura equivocada, se me indicar aí dentro da  
178 deliberação do GT que o presidente do comitê não pode participar e não pode falar; que o  
179 coordenador da CTIL não pode falar; que o diretor do DAEE que foi para falar de assunto  
180 referente ao plano não pode falar a gente pode rever e até fazer uma consulta as entidades  
181 pertinentes. Irene (DAEE) pede para contextualizar esse questionamento da participação porque  
182 ela não sabe se isso foi levantado na última reunião, mas que realmente ela não está  
183 entendendo. Débora (FIESP), diz a Irene (DAEE) que não tem como ela contextualizar porque ela  
184 recebeu logo após a convocação, veio para a coordenação do GT um pedido de inclusão na  
185 pauta, na verdade eu nem entendi que era isso, e ela diz que queria até pedir para o grupo, que  
186 quando forem pedir inclusão em pauta, seja mais direto e objetivo, ou então constar solicito  
187 incluir o seguinte assunto, porque foi um pouco difícil de entender o que ia ser discutido. Débora  
188 (FIESP) diz que ela foi entender agora quando o José Edilberto (ADISMIG) contextualizou que aí  
189 eu fui olhar a deliberação de criação do GT; então Débora (FIESP) diz que gostaria de pedir para  
190 o José Edilberto (ADISMIG) explicar realmente essa demanda dele; e se for preciso a gente olha  
191 aqui e projeta o arquivo; mas que no ponto de vista dela, se trata de pessoas que estão aí para  
192 contribuir. Laura (IGAM) diz que não sabe se vai ajudar na contextualização: nas reuniões do GT

193 a gente sempre tinha um representante de cada seguimento e na deliberação que cria o GT a  
194 distribuição de vagas ela está por entidade, não tem suplente; é uma vaga para poder público  
195 federal, a entidade é ANA; não tem titular e suplente; no momento de discussão tão importante  
196 como a gente estava (que era a 11ª reunião do GT) começou a surgir vários suplentes que antes  
197 não tinham por isso que nos causou estranheza; Laura pergunta se podia ter suplente e se  
198 alguma outra instituição gostaria de ser suplente de alguma forma. Débora (FIESP) diz que o  
199 Edgar (ANA) é suplente do Wagner (ANA) e pergunta qual que é o problema. Laura (IGAM) diz  
200 que a deliberação que cria o GT não tem essa questão de suplência. Irene (DAEE) pede para  
201 deixar ela contextualizar. Laura (IGAM) diz que o que causou estranheza foi que ela não sabe se  
202 o Adriano (FIESP) foi como coordenador da CTIL ou se ele foi como suplente da Débora (FIESP);  
203 ele deu opinião sobre o plano e pergunta se podia isso; porque se for assim ela ia chamar outra  
204 instituição que as vezes queria ser suplente e opinar sobre o plano, é isso que a gente ficou  
205 achando estranho; a gente vinha num ritmo de participação e num momento crucial que é o de  
206 agora aparecem outras pessoas opinando sobre o plano também; ela acha que por isso que  
207 surgiu a dúvida e acredito que é nesse sentido que o José Edilberto (ADISMIG) colocou; Laura  
208 diz que ela não sabe; pergunta se podia isso e se vai abrir o GT de novo para mais pessoas;  
209 pergunta também qual era o posicionamento do Adriano (FIESP), ele estava como CTIL ou ele  
210 estava como suplente da Débora (FIESP). Débora (FIESP) diz que ela não perguntou para ele,  
211 mas que ela acha que ele pode estar como ele quiser, porque ele é suplente do GT e ele é  
212 coordenador da CTIL; ela diz que não vê problema algum; diz também que o José Edilberto  
213 (ADISMIG) questionou também o Germano (Prefeitura Municipal de Catanduva) e o Carlos  
214 Carlos Alencastre (DAEE). Wagner (ANA) diz que está sendo criado um problema que não existe,  
215 o próprio IGAM está com três pessoas aqui; a instituição que está com pessoas, está ele sempre  
216 e o Edgar (ANA), obviamente numa discussão como aconteceu há uma divergência da FIESP, o  
217 Adriano (FIESP) e a Débora (FIESP) eles entram como divergência de uma instituição, não entra  
218 como divergência de duas; diz ainda que a gente não fica votando toda hora, nem vota; o que a  
219 gente coloca sempre é quando há divergência tem a divergência; mas que a primeira questão é  
220 que o grupo é aberto, só nas decisões e nas discussões que ai sim prevalece a instituição,  
221 normalmente a minha posição e a do Edgar (ANA) vai ser igual, porque se for diferente um dos  
222 dois não vem na próxima; então ele acha que isso é natural, que nós não deveríamos ver  
223 problema nisso. Wagner (ANA) diz para Laura (IGAM) que estrategicamente se a situação  
224 apertar aqui também, o Sérgio (ANA) pode trocar ele ou o diretor dele o trocar e começar a vir.  
225 Laura (IGAM) que ela só contextualizou e que ela achou estranho; diz ainda que a Débora (FIESP)  
226 citou que o Edgar (ANA) está como suplente do Wagner (ANA), mas ele sempre esteve nas  
227 reuniões, quando precisa de uma votação, a gente não vota mas a gente já votou, eles  
228 representam um único voto; diz que para ela não tem problema, mas que ela sentiu que o  
229 Adriano (FIESP) ele se posicionou em relação ao plano e a estranheza foi se podia isso assim e  
230 agora; por exemplo aqui tem mais de uma pessoa do IGAM, mas a gente vai conversar e no caso  
231 ela que é representante que vai opinar sobre plano. Carlos Wagner (ABES) diz que está criando  
232 um constrangimento no grupo que, de repente, tira o foco da nossa participação aqui; nessa  
233 reunião tem que acertar tudo para que na próxima reunião a gente voltar já com o foco nas  
234 coisas, essas coisas precisam serem resolvidas; a coordenação junto com o grupo tem que  
235 resolver esse problema; desde o início do GT, pode até consultar o Regimento Interno do Grande  
236 ele da disponibilidade de qualquer membro (pode ser o presidente ou qualquer um membro)  
237 de participar do grupo de trabalho; diz que ele tem quase certeza disso, que pode até olhar; ele  
238 diz ainda que quando foi formado o GT foi feito três constituições, numa reunião em Lavras-MG,  
239 fechou o grupo que somente entidades (com seu representante) participariam sem suplência, o  
240 que ele entende é que a suplência; o que ele entende é que a suplência nesse caso, igual por

241 exemplo na CTI do Grande você tem um titular suplente da mesma entidade ou de uma outra  
242 entidade dentro da própria vaga da suplência; o que acontece é o seguinte, de repente quem  
243 está ocupando a vaga não pode participar, sendo assim, alguém dentro da entidade dele que  
244 pode participar e representa-lo; se houver consenso ou dissenso (esse dissenso pode ser  
245 colocado em votação, o que a maioria decidiu, sendo que o dissenso vai constar na ata); diz  
246 ainda que realmente surge a dúvida porque o suplente está substituindo alguém, agora chegar  
247 e falar que é suplente de alguma pessoa, isso não ficou muito claro. Carlos Wagner (ABES) diz a  
248 Laura (IGAM) que realmente não existe suplente, mas pode ser indicado uma pessoa que na  
249 ausência do titular por algum motivo não pôde participar; mas pessoas que estariam envolvidas  
250 dentro do processo; ele continua dizendo que acha que estão delongando muito as coisas, e ai  
251 que fica realmente o patinando (o patinando é entre linha porque o patinar no processo de  
252 discussão do plano é uma coisa, agora nessas questões é outra), então ele acha que essas  
253 pessoas que não estão contribuindo positivamente para o grupo, nós temos que olhar com  
254 outros olhos para que possamos caminhar uma vez que existe prazo para resolver isso, tem a  
255 CTI e CTIL amanhã para discutir e também a plenária; ele diz que o GT é o ponto de partida e de  
256 apoio para a CTI, CTIL e plenária na discussão do plano, ser favorável ou não (inclusive ele achou  
257 estranho no parecer ser favorável com dissenso, isso não existe), diz que no entendimento dele  
258 o grupo tem que conduzir as coisas e acertar para trabalhar em cima da nossa função. José  
259 Edilberto (ADISMIG) pede para projetar o arquivo (referente a inclusão de item na pauta) no  
260 qual a Débora (FIESP) mencionou que não entendeu; após a projeção do arquivo José Edilberto  
261 (ADISMIG) diz que não é esse o arquivo. Débora (FIESP) diz que foi esse o arquivo que a  
262 secretaria recebeu e passou para ela; e diz a José Edilberto (ADISMIG) que por isso que ela  
263 questionou qual era a solicitação dele porque ela não tinha entendido. José Edilberto (ADISMIG)  
264 diz que o arquivo tem o nome de: resposta do parecer do GT-03/2016. Débora (FIESP) diz que  
265 não recebeu. José Edilberto (ADISMIG) diz que inclusive ele replicou no grupo. Débora (FIESP)  
266 diz que esse arquivo que está aberto/projetado, que é mesmo arquivo que ela enviou em  
267 resposta a José Edilberto (ADISMIG) questionando que ela não tinha entendido a solicitação.  
268 José Edilberto (ADISMIG) diz que encerra o documento dizendo: “considerando a previsão legal  
269 e ordenamento das rotinas do Comitê e do GT, bem como as Deliberações mencionadas, que  
270 estes sejam objeto da pauta da próxima reunião programada para 24 de agosto em Poços de  
271 Caldas- MG”, então o primeiro item que ele pede é “que a resposta do Parecer seja discutida no  
272 âmbito do GT-Plano com as devidas justificativas e o devido registro de voz como tem ocorrido  
273 nas reuniões. Reiterando que o GT já havia se posicionado quanto a menção do “dissenso” da  
274 FIESP na ata da reunião ocorrida em Passos”; e ele diz que a resposta do parecer o Wagner (ANA)  
275 já mencionou; quanto a participação do Adriano (FIESP) como suplente, a forma que ele se  
276 colocou (que estava como suplente da Débora), bem como, a participação do Adriano (FIESP), a  
277 a participação do Carlos Alencastre (DAEE), a participação do Germano Hernandes Filho  
278 (Prefeitura Municipal de Catanduva), em momento algum a gente questionou a presença deles  
279 lá e sim a forma e o conteúdo que eles trouxeram para a reunião que alterou sobremaneira o  
280 destino desse grupo aqui, o que o GT está fazendo (um exemplo: apenas para nós decidirmos se  
281 o que eles trouxeram para a discussão, se o grupo vai aceitar ou não, porque compromete nós  
282 como grupo técnico) tendo em vista que eles chegam lá e colocam que está sendo questionado,  
283 o Wagner (ANA) faz a menção de o que tiver que ser mudado será mudado no 07, então tudo  
284 isso ai interfere no nosso resultado; e diz a Irene (DAEE), então quando ela pede para  
285 contextualizar, é porque ele na condição de representante da sociedade civil, foi me solicitado  
286 que indicasse um suplente documento e tudo; e ele só pediu para ver o documento da indicação  
287 do Adriano (FIESP), em qual data que chegou, se chegou após a reunião; ele diz que não quer  
288 ver o documento, ele só quer ter certeza que a Secretaria Executiva está atenta a isso; ele diz

289 que “não está falando em momento algum que veio após, ele só quer ter a convicção que a  
290 gente está sendo, o Adriano (FIESP) falou muito bem dito lá que a gente preza pela legalidade,  
291 e em cima disso está a transparência do negócio, então é por isso que esse documento foi  
292 colocado e foi solicitado para que seja discutido na reunião aqui, então eu já falei sobre isso,  
293 sobre os documentos e sobre a participação, pra gente não estender mais, então está ai, vai  
294 constar no resultado do andamento do GT essa minha manifestação e preocupação, agradeço a  
295 atenção.” Roberto Rosa (ABAG) diz que naquela reunião foi solicitado a autorização do GT na  
296 participação e da fala do Germano Hernandez Filho (Prefeitura Municipal de Catanduva), ele  
297 pediu autorização, então esses questionamentos deveriam serem feitos naquela ocasião, não  
298 agora, não depois que passou, para que depois a gente tenha que modificar toda uma ata caso  
299 haja ilegalidade na participação dessas pessoas; então ele também não vê nenhum problema na  
300 participação deles, não entendo que isso tenha comprometido os trabalhos, pelo contrário,  
301 afinal de contas nós estamos numa instância de participação democrática. José Edilberto  
302 (ADISMIG) diz que ele ouviu o áudio e que ele estava presente na reunião, que lamenta a  
303 ausência do Roberto Rosa (ABAG) na reunião lá e não sabe se ele ouviu o áudio, mas hora  
304 nenhuma eles colocaram que foi solicita a presença dele lá, do nada chegou o Germano  
305 Hernandez Filho (Prefeitura Municipal de Catanduva) vai falar, depois chegou o Carlos  
306 Alencastre (DAEE) vai falar, o Adriano (FIESP) se intitulou como suplente, e assim as coisas  
307 aconteceram, por isso que não foi questionado, porque é livre a participação da forma que foi  
308 dito aqui, então ai é só para não polemizar, se foi solicitado, então houve uma falha da  
309 coordenação que não chegou para a gente que ia ter a participação deles, independente ou não  
310 deles terem aparecido lá, só a contribuição deles da forma que foi colocada. Débora (FIESP) diz  
311 que para esclarecer, a data do ofício da FIESP chegou no dia vinte e seis para protocolo na  
312 Secretaria Executiva, encaminhado pelo Departamento de Meio Ambiente da FIESP-SP;  
313 enquanto representante da entidade, ela é técnica com atuação na área de planejamento; dia  
314 ainda que “o Adriano (FIESP) é advogado, quando estávamos tratando do PP-06, o Adriano  
315 (FIESP) fez a leitura e as contribuições, mas a maioria delas encaminhadas para a discussão  
316 foram do Adriano (FIESP),então também enquanto entidade, não é porque a pessoa do Adriano  
317 (FIESP) que também é coordenador da CTIL, mas eu poderia se fosse necessário, trazer o corpo  
318 técnico pertinente para a discussão ou não, mas estamos falando do coordenador da CTIL, então  
319 eu acredito que pelo nosso regimento, não existe nada que breque a participação do Germano  
320 Hernandez Filho (Prefeitura Municipal de Catanduva), do Carlos Alencastre (DAEE) ou muito  
321 menos do Adriano (FIESP), sendo que o Adriano (FIESP) muito mais porque ele está como  
322 representante suplente da FIESP, mas ele também é coordenador da CTIL e qualquer um dos  
323 coordenadores, Januária (IGAM), pode participar e falar hoje aqui se ela quiser; e não foi naquela  
324 reunião, eu solicitei a presença dele , porque se tratava do produto 06, onde estava descrito a  
325 parte de modelo de agência na qual eu não tenho muita experiencia, ele tem; só aqui minha  
326 justificativa em nome da entidade, pra isso não vi comprometimento de nada, pelo contrário,  
327 as falas dele vieram para contribuir para o trabalho”. Débora (FIESP) diz a José Edilberto  
328 (ADISMIG) que não sabe se a proposta dele é que nas próximas reuniões não apareçam mais os  
329 suplentes e convidados sejam desconvidados, ela diz que não sabe se essa a proposta e que ela  
330 gostaria que ficasse até claro para ser decidido no grupo depois. Cristiane (ABAS) diz que acha  
331 que nós estamos sendo muito pessoal, a questão é o grupo é aberto, pessoas podem participar  
332 e pessoas tem direito a voz e o que for falado no grupo tem que constar em ata, então todo  
333 mundo que foi no grupo teve oportunidade de falar, em seguida ela pergunta se a ata não é para  
334 refletir o que aconteceu na reunião. Cristiane (ABAS) dizendo que se a pessoa foi e influenciou  
335 demais, talvez seja um erro nosso, não tenhamos que deixar a pessoa influenciar ou cortar a  
336 fala. Débora (FIESP) diz ou breçar lá no momento da discussão. Cristiane (ABAS) responde breçar

337 no momento da discussão, mas breçar a participação não. Débora (FIESP) diz que o GT não vota,  
338 mas que ela queira saber se tem alguma proposta; ou se a proposta é que os suplentes não  
339 participem a partir da próxima; ou a proposta era só fomentar a discussão. Cristiane (ABAS)  
340 responde que tinha a proposta do José Edilberto (ADISMIG) que o registro da ata fosse separado,  
341 entre os suplentes, os convidados e os membros; ela diz que acha que tem que ser tudo junto.  
342 Débora (FIESP) diz que sem chance, e ela já deixa a manifestação contrária, a ata tem que refletir  
343 o teor da reunião toda, seja ele de titular, suplentes ou convidados. José Edilberto (ADISMIG)  
344 diz que fique registrado o seguinte GT Plano (diz que está falando para o grupo inteiro) é um  
345 processo de amadurecimento que está acontecendo aqui em termos do que nós pretendemos  
346 de resultado. José Edilberto (ADISMIG) continua dizendo que a questão é a seguinte, é um  
347 processo de amadurecimento, então o grupo tem que estar atento; se vai ser ter a pauta de  
348 reunião, que seja colocado e que os convidados sejam mencionados que participaram, embora  
349 seja livre a participação de todos; em momento alguma nós estamos a fala de quem quer que  
350 seja, só que quando o Carlos Alencastre (DAEE) ou o Germano Prefeitura Municipal de  
351 Catanduva) fizeram a manifestação deles, eles alteraram o resultado da reunião, porque a todo  
352 momento foi suscitado o que já foi discutido, se vai mudar, o Wagner (ANA) reforçou que não  
353 vai mudar, vai mudar para frente, se mudar da forma que esta; então esse é o risco, e ele chama  
354 atenção somente para esse aspecto; então fica ai como aprendizado e registro para as próximas  
355 e cautela da coordenação nesse quesito. Januária (IGAM) diz que seria bom mostrasse as  
356 deliberações que criaram o GT sobre essa questão da suplência, porque o Carlos Wagner (ABES)  
357 colocou exatamente o que eu estava conversando aqui, parece mesmo, ela diz que não pode  
358 afirmar, que não tem a figura do suplente, mas é tudo uma questão de forma, ela continua  
359 dizendo que ela, Januária (IGAM), não está aqui hoje como suplente da Laura (IGAM), ela diz  
360 que está aqui como coordenadora da CTI, o Carlos Viana está aqui representando a FIEMG na  
361 ausência do Odorico (FIEMG); a Maria de Lourdes (IGAM) está aqui como Gerente de Planos de  
362 Recursos Hídricos do IGAM, não como suplente; então tudo é uma questão de forma, talvez nós  
363 estejamos perdendo tempo demais discutindo coisa simples; mas para ficar claro, se pudesse  
364 projetar as deliberações que criaram e alteraram o GT talvez isso poderia esclarecer, pra gente  
365 refletir, nós estamos aqui para discutir planos, para discutir gestão de recursos hídricos, até uma  
366 para além isso que a gente está fazendo e então a gente focar mesmo naquele objetivo; mas  
367 para ficar claro, ela pergunta se existe a figura de suplente, as vezes nos podemos até indicar  
368 como a Laura (IGAM) colocou ; não existe, olha não estou aqui como suplente ,estou aqui como  
369 entidade para fortalecer o entendimento apresentado, tanto foi este o papel do Adriano (FIESP)  
370 não só como coordenador da CTIL, mas pra fortalecer o entendimento do seguimento, então  
371 fica a sugestão dela ou projeta as deliberações para ver se tem suplente ou não; ou então que  
372 fique claro a participação, ela diz que está como coordenadora da CTI e não como suplente da  
373 Laura. Débora (FIESP) diz que é a Deliberação 27/2016 de 10 de agosto, que aprova a criação do  
374 Grupo de Trabalho para o acompanhamento da elaboração do Plano Integrado. Após a análise  
375 e verificação da deliberação, Débora (FIESP) diz que não tem nada que fale que tem o suplente  
376 ou não na deliberação, mas inclusive tem um e-mail encaminhado recentemente pela Secretaria  
377 Executiva reforçando a indicação dos suplentes, esse e-mail ela não lembra se é do início do ano,  
378 assim que a ABHA assumiu, foi ai que a gente fez a indicação, inclusive vinha a tabela constando  
379 a ANA e demais entidades com suplente. Cristiane (ABAS) diz que se não tem suplente, vem  
380 como convidado, ai resolve esse problema de forma como a Januária (IGAM) falou. Wagner  
381 (ANA) diz que o que está na deliberação, o que funciona nos outros grupos é a instituição que  
382 é representante, o fato de estar ele e o Edgar (ANA) aqui ou se tem mais dois para traz é de  
383 quem pode estar representando com capacidade de representar; estamos vinte minutos em  
384 uma discussão, e nós temos o produto 6 e ele diz que quer lembrar que hoje começa a primeira



385 discussão do 7, que é o plano que vai para a plenária, esse que nós temos que ter cuidado na  
386 discussão, tempo, discutir um com o outro, porque é um tema importante, se nós ficarmos  
387 arrastando nós vamos discutir ele mal, protelar ele para o ano que vem; essa questão de  
388 suplência, isso está claro em qualquer estatuto e em qualquer deliberação são de instituições,  
389 não são pessoas; para estar caracterizado suplência ali, iria estar: Agencia Nacional de Águas,  
390 suplência IBAMA; quem a agencia indicou no momento, ela indicou ele e o Edgar (ANA), poderia  
391 ter indicado três, é a instituição que é adicionante, não é o Wagner (ANA) nem o Edgar (ANA),  
392 se não nós iremos ficar rodando em torno desse assunto o resto do dia. Débora (FIESP) pergunta  
393 se a discussão desse assunto está encerrada. Todos concordam. Débora (FIESP) pergunta ao José  
394 Edilberto (ADISMIG) se sobre os demais assuntos colocados por ele se estão respondidos e  
395 registrados. **Item Parecer técnico dos PP-04, 05 e 06**, Débora (FIESP) faz uma contextualização  
396 dizendo que na reunião de Ribeirão Preto nós fechamos a discussão e no atropelo, que ela acha  
397 que até foi falha dela, de não lembrou de fazer o parecer, mas também ao mesmo tempo ela  
398 estava com a tranquilidade que essa plenária não deliberará, seria somente para apreciação,  
399 mas então nós não fizemos o parecer naquela reunião; a coordenadora diz que alguns membros  
400 enviaram e-mail particular perguntando do parecer do prognóstico, que foi aprovado na reunião  
401 em Ribeirão Preto (diz que não lembra o número da reunião nem dia) e logo na sequência já foi  
402 encaminhado pela Secretaria Executiva para a Coordenação da Câmara Técnica, então parecer  
403 do PP-03 já foi feito e já foi aprovado. Edgar (ANA) diz que foi no dia vinte e sete e vinte e oito  
404 de março. Dias depois da reunião do GT a Januária (IGAM), como coordenadora da CTI, me  
405 enviou um e-mail questionando sobre o parecer, ai eu encaminhei uma proposta aos membros  
406 do grupo (a elaboração foi meio corrida), três membros se manifestaram, só que na conversa  
407 com a Januária (IGAM) não precisaria desse parecer, demandaria essa discussão para a reunião  
408 de hoje, que ela acha que é mais importante acontecer presencialmente do que por e-mail,  
409 então ela não encaminhou parecer nenhum para a Januária (IGAM); está na pauta a discussão,  
410 tanto é que foi uma solicitação de alguns membros. A Coordenadora do GT Plano, Débora (FIESP)  
411 continua dizendo que nesse meio tempo houve o envio do PP-07 pela ANA, no qual foi feita uma  
412 internalização (diz que está falando agora não como coordenadora, mas como representante da  
413 FIESP) em relação ao documento, em função dos questionamentos que fizemos, constava em  
414 ata referente aos produtos 04, 05 e 06; na visão dela teve um avanço muito significativo no  
415 produto 7; além disso, a fala do Wagner (ANA) na Oficina em São José do Rio Preto, a  
416 tranquilizou, onde ele citou que já houve uma conversa com o governo e estado de São Paulo,  
417 que inclusive tiveram reunião recente com a Monica Porto (vice secretária de Estado), que já  
418 existe uma minuta de legislação especifica para avançar nisso; então, enquanto representante  
419 da FIESP, ela pede ao grupo para retirar o parecer que foi encaminhado por e-mail, pede  
420 também que os membros esqueçam o teor daquele parecer tendo em vista que ela trouxe uma  
421 proposta mais simplificada, favorável; que vai de encontro com o que nos vínhamos discutindo  
422 e com os esclarecimentos que o Wagner (ANA) citou na última reunião em relação ao produto  
423 7 ser o produto final, que vai para a aprovação; em seguida Débora faz a leitura da proposta do  
424 parecer e coloca a proposta em discussão. Débora (FIESP) diz que depois só precisava conferir  
425 as datas das reuniões porque ela foi fazendo pelas anotações dela de caderno. Antônio Carlos  
426 Sales (Prefeitura Municipal de Andradas) pede para abaixar a projeção onde está escrito  
427 “estudos”, faz a leitura do trecho e concorda. Carlos Wagner (ABAS) diz que ficou na dúvida no  
428 seguinte, ele sabe que alguma coisas passam pela CTIL (da legalidade e tudo mais) e pergunta  
429 se será que na “articulação da CTI”, pertence a CTI e depois que vai para a CTIL. Débora (FIESP)  
430 esclarece é função da CTI. Carlos Wagner (ABAS) diz que na opinião dele está atendendo.  
431 Wagner (ANA) parabeniza a Débora (FIESP) pela simplicidade do parecer, diz que era isso que  
432 estava precisando; em seguida diz que a única preocupação dele absolutamente com todos os

433 termos de referência (que ele estava até conversando mais cedo com a Laura) tem coisas que  
434 são questões específicas do comitê que o plano está indicando, mas tem coisa que  
435 absolutamente tudo, ele acha que isso também deveria constar no parecer, todas as ações  
436 previstas no plano devem ser disparadas pela diretoria do comitê, é uma coisa que nós sempre  
437 falamos que dá poder político (empoderamento político), nada disso seja disparado pela ANA,  
438 ou pelo DAEE ou pelo IGAM, mas como é do plano do grande, que a diretoria do comitê ela inicie  
439 qualquer atividade no plano, é uma questão importante, considerando que isso já parte da  
440 diretoria do comitê, nós temos alguns desses estudos, alguns que foram demandados nas  
441 reuniões públicas e nas oficinas, porque se passar para a CTI ele acha que a gente nem consegue  
442 executar no prazo previsto; exemplo: demanda que foi levantada, foi priorizado tanto nas  
443 oficinas regionais quanto numa oficina de viabilidade que nós fizemos na ANA, que é a questão  
444 de estudos sobre barramento na bacia, alguns que nós não sabemos se o DAEE irá fazer, mas  
445 que a ANA, de qualquer maneira, quer o interesse específico de irrigantes principalmente, é uma  
446 demanda antiga, o que já está previsto para começar o ano que vem, ele diz que não sabe se  
447 consegue começar a fazer o ano que vem se isso ainda tiver que passar por uma discussão de  
448 termo de referência e aprovação dentro da CTI; isso não impacta diretamente nenhuma  
449 atividade do comitê, são questionamentos que ele está fazendo; ele acha que referendando que  
450 todas as ações partem da diretoria do comitê do grande já garante de forma direta a  
451 participação do comitê, a diretoria obviamente tem que dar satisfação a Plenária; agora todos  
452 os estudos e termos passar para a CTI, ele acha que pode criar uma burocracia que inviabiliza  
453 alguns deles; Wagner (ANA) diz que isso é para o grupo discutir. Débora (FIESP) diz que ela  
454 pensou em articulação, então pode ser uma demanda da CTI ou pode vir para a CTI como análise  
455 e pergunta a Wagner (ANA) qual seria a proposta dele para alterar esse parágrafo. Wagner (ANA)  
456 diz que ele acha que aqueles que vão depender de deliberação da Plenária, por exemplo  
457 questões de enquadramento, questões de cobrança, questões de alocação de água,  
458 obrigatoriamente eles tem que passar pela CTI; ele diz ainda que o exemplo que ele estava  
459 conversando com a Laura(IGAM) antes da reunião foi exatamente um desses, porque ela estava  
460 exatamente com essa preocupação; por exemplo uma questão de outorga com o IGAM,  
461 primeiro demanda diretoria do comitê acionar ANA e IGAM para que faça os ajustes, a demanda  
462 do tipo de ajuste já está no plano, isso passa a ser uma articulação que o comitê disparou, se a  
463 diretoria do comitê não determinar não terá essa ação, mas a partir daí ela passa por ser uma  
464 demanda do IGAM de apoio e a possibilidade de apoio financeiro da ANA e ele diz que não sabe  
465 se isso cabe passar para a CTI discutir, se isso mais atrapalha do que ajuda. Débora (FIESP)  
466 pergunta se não seria uma forma de fortalecer a CTI. Wagner (ANA) responde que ele entende  
467 que fortalece a CTI, que ele diz que está falando de tudo que for ser feito e que tem muita coisa  
468 a ser feito. Débora (FIESP) diz que a função da CTI é acompanhar a execução do plano, que essa  
469 é a leitura que ela fez. Wagner (ANA) diz vamos acompanhar o plano, mas uma ação dessas é  
470 disparada pela diretoria, a CTI pode ter conhecimento para acompanhar, mas ele acha que trazer  
471 toda uma discussão e incorporar questões no termo de referência de uma eventual contratação  
472 com o IGAM, mais engessa do que ajuda; ele complementa dizendo que ele está dando opinião  
473 de quem contrata essas coisas, porque volta e meia ele pega alguns contratos desses para fazer;  
474 ele diz que deu o exemplo de barramento, porque nós temos condições de contratar esse estudo  
475 de barramento no começo do ano que vem, se trouxer para uma discussão o ano que vem (o  
476 termo de referência e alterações), não consigo contratar ele muito provavelmente antes do  
477 meio do ano. Débora (FIESP) pergunta em qual instância irá discutir se não for a CTI e se o termo  
478 vai sair de onde, porque a preocupação dela é a seguinte tudo saia do comitê e se CTI tem essa  
479 função, ela que tem que fomentar junto com a diretoria, então é uma forma dela acompanhar  
480 e ter os indicadores de evolução do que está sendo elaborado e executado, diz ainda que a

481 preocupação dela é que surja estudos que depois a câmara não tenha nem conhecimento de  
482 como está acontecendo, como está sendo elaborado, e vai aparecer só depois para a aprovação  
483 ou então na Plenária; nós não estamos falando de recursos ainda palpável que temos em conta,  
484 mas já iremos ter esse recurso e não vai ter uma câmara que para discutir isso, não vai ter uma  
485 câmara que vai fomentar esses termos de referência e essa discussão. Wagner (ANA) diz que  
486 antes de mais nada ele reforça que de forma alguma ele está querendo tirar qualquer tipo de  
487 poder dar CTI; complementa dizendo que uma frase que a Débora (FIESP) falou ajuda muito a  
488 entender, algumas ações previstas obrigatoriamente vão subir para o comitê (exemplo:  
489 enquadramento, cobrança, alocação), isso tem que ser aprovado pelo comitê, então o papel de  
490 discussão na CTIL e na CTI ele é básico, não tem como fugir dele, outras ações estão sendo  
491 propostas no plano com anuência da Plenária que está aprovando e a diretoria que dispara, a  
492 forma da CTI acompanhar é tomar conhecimento e principalmente fazer o monitoramento do  
493 plano; ele diz que o questionamento dele é se é preciso passar por discussões de termo de  
494 referências de cada ação a ser contratada; com relação as ações que o comitê irá deliberar (isso  
495 por norma legal tem que passar pelas duas câmaras, isso está garantido pelo próprio regimento  
496 do comitê),então a melhor forma que ele vê hoje de amarrar o comitê é isso e ele acha que  
497 todos concordam com isso, que tudo parta da direção do comitê e que o comitê obviamente  
498 faça isso a partir de consulta a plenária, isso para ele garante o envolvimento do comitê como  
499 um todo; o monitoramento que a CTI irá fazer, o próprio plano está com uma proposta de  
500 monitoramento, no qual se imagina que que irá ser migrado para a Secretaria Executiva e que a  
501 CTI irá fazer o monitoramento e prestar contas a partir disso; diz que a outra questão que está  
502 dando resultado, que ele acha que é mais importante é a do manual operativo, que também  
503 terá um monitoramento que não será somente para a CTI, mas para todos do comitê e da  
504 sociedade; a garantia de que a ANA, DAEE e IGAM ou qualquer um irá disparar um negócio  
505 aleatório, ele acha que é estabelecer que tudo parta da diretoria; diz que ele está preocupado  
506 com a capacidade de colocar o recurso enquanto se tem e não ficar amarrado numa burocracia  
507 que pode dificultar. Carlos Wagner (ABAS) diz que o que o Wagner (ANA) é importante e  
508 pertinente, inclusive a deliberação da criação do GT, fala claramente que a CTI acompanha tudo,  
509 e diz a Januária (IGAM) que ele acha importante ela como coordenadora da CTI levar a proposta  
510 do Wagner (ANA) para a diretoria e para a CTI tendo em vista que a CTI tem condições de fazer  
511 isso. Wagner (ANA) complementa que é óbvio que esse grupo seja transformado ou será criado  
512 um outro grupo para acompanhar a implementação do plano, é um grupo vinculado a CTI. Laura  
513 (IGAM) diz que concorda com Wagner (ANA) porque o que é imutável no comitê é a Plenária, as  
514 câmaras técnicas ao longo do tempo podem sofrer ajustes e adequações; ao invés de colocar a  
515 CTI no parecer talvez seja melhor vincular a demanda da diretoria, já que irá ter esse grupo de  
516 acompanhamento do plano também que fará o papel de acompanhamento dos estudos. Débora  
517 (FIESP) pergunta a Laura (IGAM) se a proposta dela então é colocar que o próprio GT faça o  
518 acompanhamento e a demanda da diretoria. Laura (IGAM) diz que não tinha pensado no GT.  
519 Débora (FIESP) diz que pensou agora com a fala de Laura (IGAM). Wagner (ANA) diz que não  
520 sabe se é hora disso agora. Januária (IGAM) diz que realmente é atribuição da CTI acompanhar  
521 todos os termos de referências, planos de trabalho e contratos, porém na última reunião da  
522 diretoria na qual as câmaras técnicas participaram foi discutido e apresentado uma proposta de  
523 revisão das câmaras técnicas, de criação de outras câmaras técnicas de forma a aprimorar o  
524 trabalho, esse trabalho será para o ano que vem, então ela acha que remeter a CTI sendo que  
525 ela sofrerá alterações num futuro próximo, claro que depois da aprovação do plano porque nós  
526 não temos interesse nenhum de interromper esse trabalho, então estaríamos vinculando o  
527 parecer a um câmara técnica que sofrerá alterações, e não passa somente pela CTI, porque a  
528 CTI analisa, discute e remete também a CTIL as discussões (por exemplo assuntos de cobrança

529 que vai passar por tantos aspectos legais, a CTI não tem competência para enviar um parecer  
530 final para a Plenária, então isso vai passar pela CTIL), diz que ela pensa que o Wagner (ANA)  
531 propôs de vincular a diretoria é o melhor caminho tendo em vista a revisão das câmaras técnicas  
532 e quando for criar esse grupo de trabalho assim que terminar esse grupo aqui; para não ficarmos  
533 preso a uma câmara técnica, vincula a diretoria que nós sabemos que é uma figura certa e que  
534 ela também não vai passar das câmaras técnicas, ou seja, não vai pular essa etapa, então se a  
535 diretoria receber a demanda para discutir ela irá submeter as câmaras técnicas, que fará todo  
536 caminho até chegar a aprovação da Plenária; como coordenadora da CTI ela diz que concorda  
537 com o Wagner (ANA), pensa também como o Carlos Wagner (ABAS) colocou; até porque as  
538 câmaras vai acompanhar, e se por ventura isso não passar pelas câmaras técnicas, nós mesmos  
539 faremos o nosso trabalho de cobrar, ter conhecimento e discutir aquela demanda. Luiz Eduardo  
540 (COPASA) diz que o questionamento dele é função da última reunião que foi muito discutido a  
541 questão da possibilidade das vantagens de se ter uma agência única e para que isso ocorra será  
542 necessário alterações na legislação de São Paulo, e pergunta se quando coloca-se que as  
543 diretrizes devem respeitar a legislação vigente isso não está de alguma forma sinalizando o  
544 contrário ou ele está entendendo errado. Débora (FIESP) diz que depende do que nós queremos e  
545 pergunta a Luiz Eduardo (COPASA) se ele vai querer ir contra as leis que nós temos hoje. Débora  
546 (FIESP) continua dizendo que o que a tranquilizou foi que está havendo o fomento e a discussão  
547 de alterar a legislação, mas por enquanto nós não temos essa legislação alterada; então ela acha  
548 que o mínimo é estar dentro da legislação vigente aplicável; diz ainda que ela abre mão do  
549 dissenso e das discussões anteriores, desde que vai dentro do discurso o que o Wagner (ANA)  
550 vem fazendo ao longo de todas as reuniões e de encontro com a fala do Germano (Prefeitura  
551 Municipal de Catanduva) na última reunião; vai ter um momento que irá discutir agência, mas  
552 para implementar é obvio que precisa ser resolvida a parte legal, por enquanto o mínimo que  
553 se espera é que o plano caminhe dentro da legislação vigente aplicável. Wagner (ANA) diz que  
554 pode mudar a de Minas Gerais também, mas que é a legislação vigente mesmo. Cristiane (ABAS)  
555 diz que se houver mudança a legislação vai estar vigente na época. Wagner (ANA) diz que seria  
556 o contrário se colocasse vigente na aprovação do plano, ai estaria amarrado braço e perna; é a  
557 legislação vigente na época. Ceci (SeMAE) diz que tem uma proposta de alteração no trecho que  
558 diz “integração com a câmara técnica de integração” para juntar o que o Wagner (ANA) disse:  
559 que todos os estudos então sejam propostos pela diretoria e acompanhando por quem indicado  
560 por esta. Débora (FIESP) diz que tinha pensado em talvez colocar o GT ou talvez a instância que  
561 tenha atribuição para isso, porque hoje apesar da proposta da Januária (IGAM) de mudar e criar  
562 uma nova câmara, nós ainda não temos esse cenário, então nós temos que trabalhar com o que  
563 nós temos aprovado e nosso cenário real é função e atribuição da CTI isso; diz que ela entende  
564 a colocação do Wagner (ANA) e a da Ceci (SeMAE), mas que ela acrescentaria que como  
565 demanda da diretoria, em articulação com a Câmara de Integração ou as instâncias pertinentes.  
566 Ceci (SeMAE) diz que acha que é isso, não amarrar na CTI, colocar a instâncias pertinentes. O  
567 grupo decide por fazer a alteração. Wagner (ANA) sugere uma redação para que esse  
568 parágrafo seja substituído de forma mais simplificada, ampliaria o escopo, não somente os  
569 estudos: “todas as ações previstas nos produtos supracitados deverão ser demandados pela  
570 diretoria do CBH Grande, que designará a instância do comitê responsável e a forma do seu  
571 acompanhamento”; diz que fica mais fácil de sugerir as mudanças. Débora (FIESP) pergunta a  
572 Januária (IGAM) se não fere as atribuições legais da CTI hoje. Débora (FIESP) pergunta também  
573 se o grupo quer verificar na deliberação da CTI. Januária (IGAM) diz que como ela já disse é  
574 atribuição da CTI, mas se for citar tem que citar a CTIL também, tanto que amanhã teremos  
575 reunião conjunta CTI e CTIL para discutir somente esses produtos porque ele adentra todos os  
576 aspectos; se citar a CTI ela acha que não fere, porque submete a diretoria do comitê e a sua

577 instância, tanto a CTI como a CTIL ou os outros grupos que vierem a serem criados são instâncias  
578 que fazem parte da composição do comitê. Débora (FIESP) pergunta e se colocar no final e a  
579 forma do seu acompanhamento em articulação da CTI. Januária (IGAM) diz não, que ela acha  
580 que amarra, até para o planejamento da diretoria do comitê; diz que a proposta do Wagner  
581 (ANA) fica claro que tem que passar por todas as instâncias competentes. Débora (FIESP) diz que  
582 apesar de aprovado o PP-06 ela fez uma pergunta ao Wagner (ANA) antes de iniciar a reunião e  
583 vai pedir para que ele responda depois, porque apesar das alterações do PP-06 em relação ao  
584 modelo de agência e em relação ao pacto nós temos nos relatórios anteriores algumas frases  
585 que ainda referenciam o modelo de agência única; ela diz que não sabe se vai ser alterado e  
586 pergunta se nós aprovamos, tem o parecer e depois altera os produtos parciais ou se deixa de  
587 existir os produtos parciais e nós iremos trabalhar somente no PP-07; porque ela diz que tem o  
588 parágrafo da agência única que ela não lembra se é no PP-04 ou no PP-05 que aparece. Edgar  
589 (ANA) diz que em relação a questão da agência a sugestão é que as modificações já sejam  
590 incluídas na próxima revisão do PP-07; e inclusive o quadro comparativo das vantagens e  
591 desvantagens que a Débora (FIESP) tinha solicitado, que será apresentado hoje poderá entrar  
592 no PP-07 direto. Débora (FIESP) pergunta se vai voltar e alterar o PP-04. Edgar (ANA) diz que não  
593 vê necessidade de alterar o PP-04, porque o que conta mesmo é o PP-07. Débora (FIESP) diz que  
594 em relação ao questionamento do José Edilberto (ADISMIG) em relação às pendências quando  
595 estávamos lendo a ata, na página 36 do PP-06, tinha ficado o questionamento em relação a  
596 justificativa da Laura (IGAM), na questão de Minas Gerais, da aprovação do pacto. Laura (IGAM)  
597 diz que o texto que ela iria enviar era em relação ao sistema de informação e o pessoal da  
598 Gerencia de Informação tinha feito um texto; em relação ao pacto de gestão está na ata que isso  
599 não foi necessário que os comitês fizessem deliberações aprovando porque eles foram assinados  
600 pelos presidentes dos próprios comitês. Débora (FIESP) diz que no PP-06 tinha dado por  
601 atendido na tabela, só que foi um questionamento nosso na última reunião; e ela pergunta se  
602 vai discutir agora no PP-06 ou deixa para o PP-07. Débora (FIESP) diz que ela enviou a deliberação  
603 do Mogi e estava a frase que foi aprovada nos comitês de São Paulo e ai a Laura (IGAM)  
604 justificou; ai no PP-06 desapareceu isso e entrou a frase já foram aprovados nos comitês; ela diz  
605 que queria que citasse a aprovação nos comitês de São Paulo, e se possível a justificativa do  
606 porquê não ter aprovado em Minas, da necessidade de não aprovar. Débora (FIESP) pergunta se  
607 não vai mexer no PP-06 e se irá avançar para o PP-07. Edgar (ANA) diz que é o ideal. Wagner  
608 (ANA) diz que pode deixar para o PP-07. Laura (IGAM) diz que em relação a Minas Gerais estava  
609 descrito é que as deliberações de aprovação do pacto não estava no portal dos comitês e ai ela  
610 diz que explicou que seria necessário tirar essa frase porque não tem a deliberação. Wagner  
611 (ANA) diz que porque é rápido e vai constar no PP-07 também, mas como foi uma demanda no  
612 PP-06 que não nós não cumprimos, ficamos de trazer para a reunião, foi uma demanda da tabela  
613 comparativa que a Maria Luiza (Engecoprs) preparou, como ela está muito intrínseca no PP-06  
614 e foi demandada no PP-06, ele acha que valeria a pena darmos uma olhada nela e a discussão  
615 dela deixamos para o PP-07, somente para apresentar ela agora tendo em vista que foi uma  
616 demanda caracterizada. Débora (FIESP) diz ao Wagner (ANA) que é uma demanda dela e que se  
617 ele falar que o PP-07 é o produto final, ela não vê porque acrescentar no PP-06. Wagner (ANA)  
618 diz que então tudo bem, que era só para apresentar agora que foi cumprida a demanda. Irene  
619 (DAEE) diz que era só para mostrar que cumpriu uma demanda que foi solicitada. Wagner (ANA)  
620 diz que é exatamente isso. Leonardo (Engecorps) diz que a tabela é uma tabela resumo , são  
621 duas páginas, onde na primeira página a tabela trata da agência de águas, fundamento legal, ato  
622 de criação, vantagens e fragilidades; e na segunda página a tabela trata das três possibilidades  
623 de entidade delegatária: Fundação de Direito Privado, Consórcio Público de Direito Privado e  
624 Associação Civil sem fins lucrativos, da mesma foram colocando o fundamento legal, ato de

625 criação, vantagens e fragilidades; diz ainda que de uma forma objetiva e bem explicada para  
626 constar no PP-07. Débora (FIESP) diz que era isso que ela estava imaginando, que precisa ler com  
627 calma agora; e pergunta se irá enviar para o grupo a tabela. Leonardo (Engecorps) diz que sim.  
628 Iniciando os trabalho no período da tarde, Dayana (ABHA) apresenta o levantamento da  
629 frequência dos membros em atendimento a solicitação do José Edilberto (ADISMIG), foram onze  
630 reuniões que aconteceram e além do gráfico apresentado, foi feito também uma tabela de  
631 frequência por entidade caso o grupo queira analisar depois. Luiz Eduardo (COPASA), diz que o  
632 percentual da COPASA está 64,29% e pergunta se a COPASA é membro deste o início do GT,  
633 porque ele entrou depois, na ampliação do GT. Antônio Carlos (Prefeitura Municipal de  
634 Andradas) diz que entrou na segunda chamada. Débora (FIESP) diz que é melhor fazer o  
635 levantamento a partir do momento que consolidou o grupo maior. Wagner (ANA) diz que  
636 exatamente. José Edilberto (ADISMIG) pergunta qual é a fonte. Débora (FIESP) e Dayana (ABHA)  
637 diz que são as listas de presença. Débora (FIESP) diz que pelo período (12/06/2015), era a etapa  
638 que estávamos discutindo as notas técnicas, então vai dar diferença. Luiz Eduardo (COPASA) diz  
639 que mas não fica real. Débora (FIESP) diz que é real mas não fica justo com quem entrou depois;  
640 diz ainda que é melhor fazer a partir da deliberação que ampliou o GT. Antônio Carlos (Prefeitura  
641 Municipal de Andradas) pergunta como que vai contabilizar se a entidade não fazia parte, que  
642 não justifica. Débora (FIESP) sugere fazer o corte a partir do dia dez de agosto de 2016. Carlos  
643 Wagner (ABES) diz que o levantamento não tem lógica, que ele participou de quase todas as  
644 reuniões e que faltou de três reuniões recentes, inclusive na penúltima reunião de Poços de  
645 Caldas não está registrado na ata a presença dela; ele diz que entende que é importante o  
646 acompanhamento, mas acha que tem que rever. José Edilberto (ADISMIG) reitera que quando  
647 ele solicitou o levantamento o objetivo era mostrar a entidade ao longo da evolução dos  
648 trabalhos, de todos os representantes que estivessem participando e efetivamente conduzindo  
649 e contribuindo no andamento do trabalho; o objetivo é único e exclusivamente para ter  
650 paridade em todos os trabalhos, então estabelecendo essa nota de corte ai agora, nós podemos  
651 retratar o que efetivamente cada um contribuiu com cada coisa, essa é a proposta. Antônio  
652 Carlos (Prefeitura Municipal de Andradas) diz que então seria a partir do dia dez de agosto de  
653 dois mil e dezesseis. Débora (FIESP) pergunta se pode ser para a próxima reunião. Dayana  
654 (ABHA) responde que sim. Débora (FIESP) pergunta se será encaminhado um comunicado ou se  
655 vai ser analisado primeiro o gráfico e depois enviamos o comunicado para as entidades, porque  
656 não enviou nada por enquanto. **Item Apresentação pela Profill dos resultados dos Seminários  
657 realizados nos CBHs afluentes**, Cristian (Profill) diz que trouxe alguns dados preliminares da  
658 primeira rodada dos seminários, ainda estão sendo processadas algumas informações, mas  
659 algumas já estão consolidadas e serão exibidas; explicou que estabeleceu a metodologia matriz  
660 GUT, nos treze seminários foram formados grupos com os participantes, cada grupo discutiu e  
661 avaliou os programas que estão sendo elaborados e pontuaram pela matriz GUT qual seria a  
662 priorização de implantação de cada um dos programas; em termos de mobilização para os  
663 eventos seguiu contato com os CBHs afluentes, foram feitas ações de mobilização na mídia,  
664 foram enviados convites para atores indicados pelo comitê, foram feitos contatos telefônicos e  
665 visitas de campo, diz que a participação foi avaliada como bem qualificada com média de trinta  
666 pessoas por evento, pouco a baixo do que se esperava (cinquenta pessoas em média); ele diz  
667 que a matriz GUT é utilizada no mundo todo, testada e aprovada por diversas instituições,  
668 possui três componentes (gravidade, urgência e tendência) e para cada uma delas tem uma  
669 pontuação que vai de cinco a um (sendo cinco mais grave e um menos grave), foi apresentado  
670 a escala de valores aos participantes antes das atividades em grupo, trabalhou-se com 2 matrizes  
671 uma fixada e outra o grupo trabalhou como rascunho para elencar os programas. Cristian  
672 (Profill) diz que houve um aumento de presença em torno de 60% dos seminários de do

673 diagnóstico (244 participantes) para o prognóstico (394 participantes); diz que foi passado uma  
674 ficha de avaliação onde, 87% dos participantes acharam que o evento foi positivo; apenas 1%  
675 dos participantes acharam péssimo, 4% fraco e 9% médio. No que se refere ao resultado da  
676 avaliação, foi avaliado a divulgação, programação, organização, temas, instalação e ministrante,  
677 com relação ao ministrante 69% acharam que o ministrante foi excelente, 28% bom e 3% como  
678 médio; se fizer o corte a maioria dos participantes consideram bom ou excelente; de cada  
679 evento tivemos três matrizes GUT, que foi consolidada no próprio evento. Cristian (Profill)  
680 apresenta a consolidação dos treze CBHs, onde tiveram as maiores pontuação a Conservação  
681 Hidroambiental, Fortalecimento dos Comitês de Bacia, Controle das Cargas Poluidoras e  
682 Fortalecimento da Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos; e a Atualização dos Planos de  
683 Recursos Hídricos teve a menor pontuação, coerente, tendo em vista que alguns nem tem  
684 plano, estão sendo elaborados; a consolidação foi feita através de média e utilizou-se o critério  
685 de desempate tratando a urgência com uma peso maior do que a gravidade. Em relação a  
686 sugestões, Cristian (Profill) diz que em suma, foram que a empresa e/ou comitê pudessem  
687 divulgar esses resultados e outra sugestão foi em relação a um período de tempo maior para  
688 trabalhar; por fim a partir desses resultados podemos fazer algumas estatísticas e em seguida  
689 ele abre para questionamentos. Luiz Eduardo (COPASA) diz que vai repetir o que ele falou em  
690 Alfenas-MG sobre o evento, a primeira questão sobre a mobilização, da expectativa que  
691 tínhamos que a quantidade de participantes fossem maior e lá nos tivemos vinte e sete pessoas,  
692 no qual ele achou muito baixa dada a relevância e importância do tema; e a segunda questão,  
693 talvez a mais importante, trata-se da dinâmica que foi empregada, porque são dezoito  
694 programas, no grupo no qual ele participou eram sete pessoas e nós tivemos uma hora para  
695 avaliar e priorizar os dezoito programas, então nós tivemos 3,33 minutos para chegar no  
696 consenso sobre cada programa, lembrando que no grupo dessas sete pessoas, tínhamos lá  
697 COPASA, SAAE-Três Pontas, DR, IGAM, tinham pessoas que não são do comitê, ou seja, pessoas  
698 que também não estão plenamente acompanhado a temática como o Cristian (Profill) disse,  
699 então ele achou que isso prejudicou e muito; tinha uma pessoa no grupo que estava mais  
700 preocupada em atender o prazo de uma hora e não discutir, e toda hora chegava uma pessoa  
701 com uma plaquinha informando os minutos faltantes; ele diz que isso não foi legal, não tivemos  
702 a condição de entender plenamente, mesmo que minimamente cada programa para fazer a  
703 escala, então ele acha que esse ponto tem que ser revisto; diz ainda que conversou com pessoas  
704 que participaram do GD-4 e colocaram a mesma questão. Débora (FIESP) pergunta a Cristian  
705 (Profill) se tem essa tabela por evento, porque ela queria ter uma visão geral das outras oficinas  
706 como foram tendo em vista que ela só participou da de São José do Rio Preto. Cristian (Profill)  
707 responde que sim, que terá um relatório por evento e depois um relatório consolidando todos.  
708 Débora (FIESP) pergunta se vai entregar ou apresentar para o grupo. Cristian (Profill) responde  
709 que tem que acertar o critério de divulgação. Luiz Eduardo (COPASA) diz que seria interessante  
710 ver a vertente paulista e a vertente mineira. Débora (FIESP) diz que isso que ela queria ver e  
711 pergunta a Cristian (Profill) se pra próxima reunião tem como ele mostrar para o grupo. Cristian  
712 (Profill) responde que tem como visualizar a vertente paulista e mineira através de relatórios, e  
713 que se estiver dentro do prazo para a entrega dos relatórios pode trazer para a próxima reunião.  
714 Em relação ao tempo, não tem um tempo determinado, não existe uma regra, tem que ser  
715 razoável para que as pessoas consigam fazer o trabalho, adequar o tempo a sua demanda; ele  
716 complementa que parece que o tempo previsto eram seis horas de depois chegou nessas três  
717 horas e meia, onde acharam melhor fazer meio turno do que um turno inteiro; diz que não teve  
718 prejuízo, mas se tivesse mais duas ou três horas, talvez apresentar uma súmula de cada  
719 programa, talvez pudesse alterar algum resultado e as pessoas ficassem mais satisfeitas, talvez  
720 um sentimento maior de participação e tomada de decisão, mas nós ajustamos o tempo que

721 tínhamos disponível; em relação a divulgação ele diz que foram feitas ações, que pode ser  
722 rastreado tudo que foi feito, uma observação como resultado da primeira rodada é que alguns  
723 comitês carecem ou tem uma insuficiência na participação social o que reflete no trabalho dele;  
724 diz ainda que um comitê relatou a ele que não está conseguindo realizar reuniões por falta de  
725 quórum e como o comitê é o principal ator as vezes ele não está conseguindo mobilizar; outro  
726 comitê não conseguiu inscrições suficientes e teve que postergar a eleição; ele diz que isso  
727 também reflete no número de participantes. José Edilberto (ADISMIG) a Cristian (Profill) que é  
728 bacana ele ter colocado o trabalho de mobilização que foi feito e da forma que aconteceu; diz  
729 que participou de duas oficinas (Cambuí-MG e Andradas-MG), em Cambuí-MG ele diz que fez  
730 uma provocação para a plateia que estava lá, perguntando quantos representantes da  
731 sociedade civil estava lá, quatro pessoas, municípios e predominou sindicato rural e usuários da  
732 agricultura, diz que está com o resultado de Cambuí; em Andradas-MG dos vinte e sete  
733 municípios do GD-06, apenas dois municípios estavam presentes, Cida e a Morgana estavam lá;  
734 e até a Prefeitura Municipal de Muzambinho-MG, o representante participou do grupo dele, e  
735 ele perguntou como que lhe chegou o convite; José Edilberto (ADISMIG) diz que ele convidou  
736 o prefeito pessoalmente, e ele por sua vez repassou ao representante no domingo, então a  
737 Prefeitura Municipal de Muzambinho-MG não recebeu o convite da forma que o Cristian (Profill)  
738 mencionou, a Prefeitura Municipal de Andradas como anfitriã, e os demais municípios  
739 totalmente ausentes, inclusive de Poços de Caldas-MG; então quanto a forma que foi feita, na  
740 reunião do GT Plano ele pediu que fosse atrasado duas semanas, para que reforçasse essa  
741 participação, o que aconteceu nessas oficinas foram a presença da sociedade civil e todos os  
742 usuários participando e dando sua contribuição para dar visibilidade efetivamente ao plano de  
743 bacia, cumprir o papel; agora quanto ao resultado, ele diz que tem o receio, do ranking do que  
744 o Cristian (Profill) apresenta, apenas três coincidiu com Cambuí-MG e Andradas-MG; então  
745 quando dá o total de 125 e ele é ranqueado em décimo lugar para uma matriz GUT, ele acha  
746 um pouco vulnerável e questionável esse resultado ai de 125 para um décimo lugar; significa  
747 que, ou o pessoal não entendeu, quando coloca nível de detalhe médio que está na  
748 programação, e pergunta porque que o Edgar (ANA) foi o melhor avaliado. José Edilberto  
749 (ADISMIG) diz que a questão que foi suscitada é se o grupo que estava ali tinha condição de  
750 decidir o que estava ali, embora já está pronto e já tenha um encaminhamento, o Wagner (ANA)  
751 já colocou a opinião dele que o encaminhamento será este, perfeito, diz que ele não está  
752 questionando o resultado e sim a forma, no grupo a metodologia é dinâmica e o grupo que ele  
753 estava em Cambuí-MG só tinha sindicato rural, ai eu acho que é um três raso, um dois; em  
754 Andradas-MG ele diz que a maioria era sociedade civil e ai nós estouramos quase uma hora o  
755 tempo e tinha uma placa pressionando (10, 05 minutos, esgotou seu tempo), todo mundo em  
756 volta fazendo foto e filmando; diz que essa questão que nós devemos trazer como aprendizado  
757 para o próximo, ele diz que essa é a avaliação dele, que de certa forma o resultado vai atender,  
758 mas ele chama a atenção para essa metodologia e a forma. Cristian (Profill) diz que sobre tem  
759 mais ministrantes, que ele só citou porque o Edgar (ANA) está presente aqui; em relação a  
760 metodologia existe uma literatura vasta, mas se discutiu e chegou ao consenso no grupo; do  
761 questionamento do 125 é de um grupo, cada evento teve três grupos e no total foram treze  
762 eventos; cada relatório de cada evento ele vai resgatar os resultados de cada grupo. Tânia (ANA)  
763 diz que vai ser gerado um relatório completo (compromisso da Profill sobre a mobilização), isso  
764 será disponibilizado para o comitê, e a estrutura do relatório já possui uma versão e ela vai olhar  
765 como essa versão pode contemplar os questionamentos colocados aqui; e esse é um documento  
766 do comitê; mas nós precisamos de um tempo para a equipe fechar, inclusive com todas as  
767 possibilidades de cruzar mais alguns dados para um relatório mais completo. Luiz Eduardo  
768 (COPASA) diz que pegando a fala do José Edilberto (ADISMIG) sobre a metodologia que já foi



769 colocada Cristian (Profill) que é consagrada, pode acontecer se pegar o resultado final do GD-  
770 03 que tinham pessoas que não são do comitê, talvez não seja a vontade do comitê expressa  
771 nesse resultado, e pergunta qual a validade; como o José Edilberto (ADISMIG) falou chegou  
772 nessa ridícula “um dois”, acho que faltou profundidade. Cristian (Profill) diz que entende que o  
773 comitê representa a sociedade, na verdade o comitê poderia decidir sem ampliar esse espaço  
774 para a sociedade, mas à medida que se amplia a discussão para a sociedade, inevitavelmente  
775 vão entrar visões diferentes. Tânia (ANA) diz que a proposta da mobilização é da sociedade da  
776 bacia. Laura (IGAM) pergunta se nesse relatório tem algum capítulo de propostas ou lições  
777 aprendidas. Cristian (Profill) diz que sim, terá um capítulo à parte de recomendações. Laura  
778 (IGAM) pede se puder colocar nesse capítulo que para o plano desse porte é importante que a  
779 mobilização seja maior, que o tempo da discussão também seja maior; e o Luiz Eduardo  
780 (COPASA) tinha até proposto se vocês pudessem apresentar os resultados nas vertentes paulista  
781 e mineira. Cristian (Profill) diz que sim. Wagner (ANA) diz que primeiro a origem dessa história,  
782 não chamou seminário para ser feito oficina, era para ser seminário a noite, quando foi fechado  
783 a discussão do plano do Grande a informação que tivemos é que os representantes pediram  
784 para que fosse de dia; a proposta era trazer produtor rural, mas essas pessoas não participam  
785 dessas oficinas, porque você não consegue juntar essa turma de dia; vai trazer alguém da  
786 indústria, do saneamento diretamente ligado a atividade não aparece; o que vimos nessas  
787 oficinas é uma coisa que ele critica com frequência na ANA, nós continuamos tendo reunião das  
788 mesmas pessoas, são os grupos de funcionários públicos, universidades, consultores, empresas  
789 públicas e não era esse o objetivo quando foi traçado; ele acha que não cabe olhar para traz e  
790 ficar reclamando, foi satisfatório, iremos utilizar esses resultados no manual operativo, não tem  
791 como não utilizar, mas pensar para próximo em aproveitar essa oportunidade de trazer pessoas  
792 que não está todo dia no comitê, até par a próprio comitê, para as pessoas saberem que ele  
793 existe; isso é um pedido para quem é de comitê afluyente para ajudar; não tem mais sentido fazer  
794 outra oficina, mas que aproveite a oportunidade para apresentar os comitês afluentes para as  
795 pessoas; diz que ele se surpreendeu com 60% de aumento, porque os lugares que ele foi tinham  
796 praticamente a mesma quantidade de pessoas, é um pedido para frente; diz que foi feita uma  
797 reunião na ANA semana passada com presença do DAEE e IGAM para avaliar uma questão a  
798 matriz GUC (governabilidade, urgência e capacidade de execução), como tudo é recurso da ANA  
799 ou de órgãos gestores nos dois primeiros anos, que não existe capacidade; felizmente quase  
800 todas as ações que foram priorizadas nessas oficinas com que há capacidade e governabilidade  
801 para fazer, mas vamos olhar para a próxima o que pode melhorar, ele acha que vale a pena  
802 resgatar a origem dos seminários que é a noite. Carlos Wagner (ABES) diz que observando a  
803 matriz, o item do ranking três, Fortalecimento dos Comitês de Bacia, tudo o que foi falado, está  
804 refletindo exatamente nos comitês de Minas Gerais, a fragilidade e as condições que estão os  
805 comitês de Minas; interessante porque se tem comitês afluentes fortalecidos e você tem junto  
806 a sociedade caberia talvez um outro tipo de resultado, mas aqui está refletindo exatamente a  
807 realidade; chegar num comitê que tem quatro reuniões que não consegue fazer, processo  
808 eleitoral postergando, então assim, isso é um reflexo, se as oficinas e essa questão votassem  
809 para os comitês e eles discutissem e dessem um feedback, ai sim tem valor. Ceci (SeMAE) diz  
810 que quanto ao relatório ser por vertente ela acha que a ideia de fazer fossa e nascente mais  
811 produtiva porque a nascente está inteira no estado de Minas; e na reunião que o Wagner (ANA)  
812 falou que foi realizada também entra o que o órgão gestor deve olhar mais. Débora (FIESP) diz  
813 que colocou a preocupação a um tempo atrás quando o grupo começou a discutir sobre as  
814 oficinas/seminários, no que se refere a como o grupo vai receber esse produto e o que o grupo  
815 fará com esse produto em mãos e diz a Cristian (Profill) que ele se comprometeu a apresentar  
816 até a próxima reunião. Tânia (ANA) diz que tem que ver se da tempo porque quando a Profill

817 finaliza o relatório tem que passar primeiro para a ANA, ela continua dizendo que pode ser feito  
818 um esforço mas que não é uma garantia. Débora (FIESP) diz que a preocupação dela é que se  
819 for levar desse jeito para a plenária, a plenária irá entender como um produto final e a oficina  
820 define e elenca quais são as prioridades dentro do ranking; e na verdade não estamos  
821 trabalhando isso dentro do GT. Cristian (Profill) diz que não recorda o prazo, mas que pode ser  
822 feito um esforço conforme a Tânia (ANA). Tânia (ANA) diz que para a próxima reunião é um  
823 prazo muito curto. Cristian (Profill) diz que ele acredita que a Engecorps vai cruzar esses dados  
824 com outras variáveis; continua dizendo que sobre o exemplo dos agricultores, são partes  
825 individuais que sabem reclamar, mas não sabem que podem se manifestarem para o comitê,  
826 essa questão de renovação do comitê é a longo prazo. Tânia (ANA) diz que a proposta dos  
827 seminários de mobilização era estar divulgando o plano para a sociedade da bacia e para  
828 contribuir; isso já foi feito tendo em vista que o material produzido foi enviado para a Engecorps  
829 e foi incorporado no plano; hoje foi apresentado um panorama do que aconteceu porque não  
830 houve tempo hábil para produzir o que se extraiu de informações desses seminários, por isso  
831 que as vezes o tempo está sendo questionado; será elaborado um relatório mais completo; diz  
832 que claro que a gente vai tirar um aprendizado disso; e que ela como gestora do contato já  
833 colocou para a empresa enfatizar a mobilização e enfatizar direcionada para o nosso público  
834 alvo, para o nosso objetivo. José Edilberto (ADISMIG) sugere que de posse dos resultados sem  
835 apressar e queimar etapa a Tânia (ANA) com a equipe Profill/Fato elaborem o resultado para  
836 apresentar de uma forma conclusiva, porque essa prévia não vai atender, mas internamente na  
837 ANA já tem um produto para ser trabalhado, para chegar na plenária e apresentar de uma forma  
838 bem sucinta ele acha que não vai surtir o efeito, e pode acontecer da forma que aconteceu em  
839 Andradas-MG, onde o IEF e o IMA questionar exatamente a leitura da capacidade técnica dos  
840 participantes, chega na plenária “eu não participei, eu não fui chamado, eu não vi”; esse “disse  
841 me disse” que já é passado da forma que o Wagner (ANA) colocou aqui; faça a conclusão,  
842 estratifique da forma que for, acrescente as sugestões e apresente uma forma definitiva, mas  
843 conclusiva com o resultado, isso aqui é o resultado, é o diagnóstico, a sociedade foi ouvida, até  
844 porque já foi incorporado no plano, o propósito foi cumprido, de ouvir e trazer a sociedade para  
845 discussão, houve progresso; e ele acrescenta mais uma sugestão, que seja disponibilizado para  
846 o comitê as listas de presença que são uma forma de nós trabalharmos. Tânia (ANA) diz que o  
847 relatório é completo. José Edilberto (ADISMIG) diz que fica a sugestão dele registrada para que  
848 apresente com calma, nada de queimar etapa para levar para uma plenária. Tânia (ANA) diz que  
849 nessa plenária não teria mesmo nenhuma apresentação, somente no GT. **Item Análise do PP07,**  
850 Wagner (ANA) diz que tudo que foi feito até hoje, tecnicamente o plano está pronto, com a  
851 aprovação do PP-06 toda a discussão técnica foi realizada até agora, daqui para frente ainda tem  
852 alguma coisa de discussão política, uma ou outra alteração que consolida o PP-07, é esse o  
853 produto que a plenária aprecia, CTI e CTIL devem ter um cuidado maior, jamais nós vamos cobrar  
854 de um membro da plenária ousar com uma justificativa algo que tenha ficado em qualquer outro  
855 relatório anterior, porque o relatório que eles se debruçam para aprovar como plano é o  
856 relatório de número 07, se tiver faltando alguma coisa é nele que tem que estar, se tiver  
857 sobrando é dele que tem que ser cortado; a partir da aprovação em plenária desse relatório 07,  
858 o que vem depois, os produtos finais por exemplo, é só um embelezamento, o resumo executivo  
859 e um apanhado da dos melhores momentos; mas para qualquer discussão futura é esse relatório  
860 que vale como plano; então se não tiver no 07, legalmente não está aprovado, so para ter  
861 consciência da importância; ele diz que queria deixar esse recado tanto de atenção como de  
862 cuidado e da importância desse relatório; obviamente pode ter alguma ajuste com relação  
863 daquilo que veio para trás, por exemplo a questão do quadro de agências, poderia ter discutido  
864 colocar no PP-06, mas ele pode entrar diretamente no PP-07, porque o 7 é que será o plano

865 vigente, para ter essa consciência na discussão. Edgar (ANA) diz que para cumprir os prazos que  
866 foi acordado como GT, a ANA tem feito o envio dos relatórios ao mesmo tempo que se começa  
867 a leitura, então em relação ao produto 07, já foi enviado para a Engecorps algumas  
868 considerações e que irá implicar na mudança, por exemplo, de alguns mapas, muito mais coisa  
869 de forma do que de conteúdo; então provavelmente na próxima revisão terá um novo formato  
870 porque é um documento que ficará disponível para o comitê, a aparecia vai modificar um pouco,  
871 embora o conteúdo seja o que está aqui. Débora (FIESP) pergunta se o trâmite vai ser o mesmo  
872 dos produtos anteriores, hoje fazemos as considerações, encaminha dentro do prazo. Edgar  
873 (ANA) diz que sim. Débora (FIESP) pergunta se sobre a apresentação do PP-07 algum membro  
874 do GT tem alguma consideração. Laura (IGAM) sugere que na página 121, no mapa 3.1.9 que  
875 seja colocado como anexo a listagem da nomeação dos nomes. Edgar (ANA) diz que essa  
876 listagem está consolidada no PP-05 e que vai ser colocado como anexo; atendido. Laura (IGAM)  
877 diz que na página 124, a área de proteção de Poços de Caldas é GD-06 e não GD-08; atendido.  
878 Na página 205, no terceiro parágrafo, Débora (FIESP) diz que ela não encontrou quando foi  
879 tratado de cenários nos relatórios anteriores para cruzar informação no trecho que cita a  
880 vertente paulista apresenta uma condição pior para a qualidade da água. Wagner (ANA) diz que  
881 a vertente paulista é a mais tem trechos de classe 3 e 4, mas não é um problema de falta de  
882 tratamento, é uma problema de falta de capacidade de diluição, então ele acha que deve  
883 complementar esse parágrafo; atendido. Débora (FIESP) diz que na página 218, pede para  
884 acrescentar os dois parágrafos que se tratam da necessidade de articulação; atendido. Carlos  
885 Wagner (ABAS) diz que na página 219, no que diz respeito as diretrizes, sobre o estado de São  
886 Paulo fala-se sobre a outorga coletiva e no caso de Minas ele pergunta Laura (IGAM) sobre essa  
887 questão. Laura (IGAM) responde que já se realiza em minas outorgas coletivas. Laura (IGAM)  
888 sugere uma alteração de texto na página 220, na diretriz que trata de aumentar a capacitação  
889 dos técnicos: aumentar o corpo técnico de analistas de outorga no órgão gestor promovendo  
890 capacitação constante, principalmente no que se refere ao foco nos aspectos hidrológicos;  
891 porque dá a impressão que a capacitação atual é pouca e ela acha que não é nesse sentido. Irene  
892 (DAEE) diz que o DAEE já tinha visto esse termo de capacitação nos produtos parciais anteriores  
893 e se for acatado aqui para mudar o termo de capacitação, nós vamos ter que mexer no termo  
894 de capacitação de todos os órgãos. Edgar (ANA) sugere colocar: aumentar a capacidade de  
895 outorga do IGAM. Laura (IGAM) pede para colocar órgão gestor; atendido. Ainda nessa página,  
896 Laura (IGAM) diz que na diretriz Prever nos planos de recursos hídricos critérios específicos de  
897 vazões ou acumulações de volumes de água consideradas insignificantes, atendendo à  
898 Resolução CNRH nº16/2001, ela diz que em Minas as vazões consideradas insignificantes já  
899 estão estabelecidas pela DN nº 33, e diz que ela não sabe se entendeu corretamente a intenção  
900 dessa diretriz. Leonardo (Engecorps) diz que pela legislação quem deve determinar não é o  
901 conselho e sim o plano. Cristiane (ABAS) diz que Laura (IGAM) não está falando de  
902 hierarquização. Wagner (ANA) diz que é uma questão de avaliação; que a Resolução nº 16 da  
903 indicação que seja nos planos; normalmente quando não tem, se coloca para o estado todo ou  
904 para regiões distintas dentro do estado esquecendo as especificidades das próprias bacias.  
905 Leonardo (Engecorps) diz que é exatamente o que ele tinha comentado antes, pela Resolução  
906 nº 16, em seu parágrafo único do artigo 5º os critérios específicos ou de vazões ou acumulações  
907 de volumes de água considerados insignificantes serão estabelecidos nos planos de recursos  
908 hídricos devidamente aprovados pelos correspondentes comitês de bacia hidrográfica ou na  
909 inexistência deles pela autoridade outorgante, o conselho está fazendo na ausência desses  
910 termos nos planos ou de definição pela autoridade outorgante, já que nem os planos nem a  
911 autoridade outorgante fez o conselho fez; mas o que está previsto em legislação é que isso  
912 conste dos planos e seja aprovado pelo respectivo comitê, na verdade nós estamos revertendo

913 para que as bacias estaduais sigam o que está previsto o na lei e não o que está sendo feito hoje.  
914 Laura (IGAM) diz que temos a DN nº 33/2009 e a 09/2004 que estabelecem as vazões que são  
915 insignificantes em cada região, e os planos que foram deliberados depois disso consideram essas  
916 DN's para a vazão de uso insignificante. Leonardo (Engecorps) diz que o plano está simplesmente  
917 copiando o que está lá, o que não é o ideal, o ideal é que para cada bacia se tenha um estudo  
918 específico detalhado, a diretriz é que se siga a lei; continuar fazendo da forma como está é no  
919 mínimo vago, sem ter feito estudo nenhum; que está remetendo é para que se siga a lei e não  
920 se faça errado como tem sido feito até hoje. Wagner (ANA) diz que não é nesse sentido de estar  
921 certo ou errado, até dentro da bacia deveriam haver diferentes usos insignificantes. Wagner  
922 (ANA) diz a Laura (IGAM) que olhando para frente se é importante que isso venha para cada  
923 bacia, para as condições de cada bacia nos seus planos; ou se os acharem que está  
924 absolutamente bom da maneira que está não precisa da diretriz, ele diz que acha que essa que  
925 é a avaliação que temos que fazer. Laura (IGAM) pergunta se pode colocar como nota de rodapé  
926 as DN's vigentes hoje, para referenciar par a pessoa que ler não achar que MG não tem nenhuma  
927 ação em relação ao uso insignificantes e diz que em SP ela não sabe. Leonardo (Engecorps) diz  
928 que até pode colocar como nota de rodapé, mas diz que vai voltar num ponto que o grupo  
929 pediram para tirar na época do PP-04, que foi exatamente a referência da legislação estadual  
930 pelo fato dela ser a referência a um rio de domínio da união para definição de uso insignificante;  
931 mas se o grupo quiser colocamos a definição da legislação dos dois estados como nota de  
932 rodapé. Laura (IGAM) diz que não entendeu porque essas são diretrizes para vertente mineira.  
933 Leonardo (Engecorps) diz a Laura (IGAM) que se ela achar que tem que acrescentar, isso é coisa  
934 simples de acrescentar. Laura (IGAM) pergunta se a questão que ele estava falando é para  
935 futuro. Leonardo (Engecorps) diz que sim, que a diretriz não é para o que passou é para ser  
936 executado na bacia hidrográfica daqui para a frente. Laura (IGAM) diz que pode permanecer  
937 assim então porque ela entendeu. Na página 222, item 10.4 do enquadramento, Débora (FIESP)  
938 diz que a primeira diretriz está complementando os estudos realizados pelos estudos realizados  
939 pelo PIRH Grande, mas nós tiramos o capítulo 5 daquele relatório e mudamos a redação da meta  
940 para realizar estudos; então ela acha que não são complementados os estudos. Leonardo  
941 (Engecorps) esclarece que os estudos realizados pelo PIRH Grande nesse caso são o diagnóstico  
942 e o prognóstico. Wagner (ANA) sugere que inclua o texto: realizados nas etapas de diagnósticos  
943 e prognóstico; atendido. Ainda na página 222, Carlos Wagner (ABES) diz que sobre a diretriz  
944 Incluir os reservatórios para geração de energia hidrelétrica nos corpos d'água a serem  
945 enquadrados, e definir o(s) parâmetro(s) prioritário(s) a ser(em) considerado(s), podendo ser  
946 ele o Fósforo Total, fator limitante nos processos de eutrofização, acrescido de outros  
947 parâmetros com potencial para representar conflitos que venham a ser identificados pelo CBH,  
948 o fósforo total realmente é um fator limitante, mas abrange mais a questão do esgoto; diz que  
949 seria interessante acrescentar o nitrogênio, tendo em vista também ser um fator limitante.  
950 Márcio (ANA) diz que entende que da forma que foi colocado está contemplado outros  
951 parâmetros, que pode ser inclusive o nitrogênio, mas a ideia ali é podendo ser ele o fósforo total,  
952 a sugestão é o fósforo total podendo ter outros parâmetros, mas ele não vê problema em  
953 acrescentar; solicitação atendida. Débora (FIESP) diz que na página 224, no que diz respeito a  
954 diretriz que trata de reajuste automático (PUBs), com a legislação vigente de SP é impossível de  
955 acontecer, em nível Federal essa questão está sendo discutida no Conselho Nacional; e ela não  
956 sabe como isso vai ficar como diretriz para SP; em seguida ela diz que trouxe um Parecer Jurídico  
957 da Procuradoria Geral de Saneamento de Recursos Hídricos de SP que ela inclusive já citou em  
958 reuniões anteriores, para o grupo dar uma olhada. Wagner (ANA) diz que essa questão do fator  
959 de correção pode ser retirada, porque existe uma outra discussão que está vindo por cima dessa  
960 questão no Conselho Nacional; solicitação atendida. Carlos Wagner (ABES) diz que na página

961 229, no quadro 03, meta 02, está falando em vertente, mas não diz qual vertente; solicitação  
962 atendida, é a vertente mineira. Na página 232, quadro 02, meta 05, Carlos Wagner (ABES) diz  
963 que existe o passivo ambiental também em relação a São Tomé das Letras, se seria interessante  
964 acrescentar também. Laura (IGAM) diz que quando estiver tratando dessas ações com certeza  
965 isso vai ter rebatimento sobre o comitê e aí lá na bacia especificamente trataremos sobre isso.  
966 Na página 243, quadro 02, item 13 e 14, ele acha que o valor teria que ser mais relevante levando  
967 em consideração a importância do plano de conservação ambiental. Wagner (ANA) diz que o  
968 plano está muito focado na governabilidade para fazer e no que tem capacidade de executar,  
969 inclusive financeiro, é um valor que pode ser ampliado e que não está vendendo ilusão. Na  
970 página 265, referente ao pacto, Débora (FIESP) pede para acrescentar as deliberações de SP  
971 sobre a assinatura do pacto, aprovações dos comitês e justificativa de Minas. Débora (FIESP)  
972 também pede para acrescentar a tabela de modelo de agência. Laura (IGAM) complementa a  
973 fala dela em relação ao pacto, dizendo que ela pediu a retirada da frase na qual dizia que não  
974 foi encontrado no portal dos comitês a deliberação; ela diz que pediu para tirar essa frase não  
975 porque não tem as deliberações, na verdade o IGAM gera o abastecimento das informações  
976 sobre os comitês, mas pode ser que algum comitê tenha deliberado sobre o pacto e não  
977 repassou para o IGAM, e aí nós não conseguimos disponibilizar no site. Débora (FIESP) pergunta  
978 se Laura (IGAM) tem alguma proposta de redação. Laura (IGAM) diz que não, mas que ela pode  
979 olhar nos comitês. Wagner (ANA) sugere deixar combinado até o prazo da entrega da planilha,  
980 se a Laura (IGAM) conseguir com os afluentes os números das deliberações, se não conseguir  
981 fica só os de SP e não precisa escrever que não encontrou, ele diz que é uma pequena omissão,  
982 mas que o momento permite, porque ficar patinando por causa disso não tem sentido.  
983 Referente a tabela do modelo de agências, Débora (FIESP) pergunta se tem com o enviar hoje  
984 porque ela gostaria de olhar com calma. Edgar (ANA) diz que na página 271 tem um texto que  
985 explica tudo que está escrito na tabela e sugere que coloque a tabela após esse texto para  
986 fechar. Débora (FIESP) concorda. Wagner (ANA) apresenta a tabela do modelo de agências e diz  
987 que tudo que está na tabela está descrito no texto, a tabela condensa de forma a facilitar, para  
988 todos terem entendimento, diz que quem elaborou a tabela foi a Maria Luiza (Engecorps), é uma  
989 visão institucional e legal principalmente da questão das agências, então são os tipos de  
990 entidade, fundamento legal que se baseia, como foi o ato de criação, as vantagens desse modelo  
991 e as fragilidades de cada um dos modelos. Dando continuidade na apresentação da tabela,  
992 Leonardo (Engecopros) diz que nesse primeiro caso, então a agência de água prevista na lei  
993 9.433/1997, nós temos três tipos de entidades possíveis (Autarquia, Fundação de Direito Público  
994 ou Consórcio Público de Direito Público), cada uma tem o documento que rege isso que são  
995 Decreto-Lei nº 200/1967 e Lei nº 11.107/2005. No que se refere ao ato de criação, as autarquia  
996 são criadas por lei específica, que estabelecerá o regime jurídico da entidade. Vincula-se a um  
997 único ente federativo; a Fundação de Direito Público é criada por lei específica, que estabelecerá  
998 o regime jurídico da entidade; e o Consórcio Público de Direito Público é criado por lei específica,  
999 que estabelecerá o regime jurídico da entidade, de acordo com o protocolo de intenções  
1000 celebrado entre as partes, Constitui-se por contrato (associação pública); referente as vantagens  
1001 e fragilidades, a autarquia é prevista na legislação federal e é compatível com a legislação de  
1002 Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.199/1999) e além de ser incompatível com a legislação de São  
1003 Paulo, não há normas gerais estabelecendo regras para essa modalidade, em geral, não é  
1004 prevista a participação da sociedade civil organizada, a lei que cria a autarquia pode gerar  
1005 conflitos de competência com os órgãos gestores estaduais e outras entidades que já atuam na  
1006 bacia hidrográfica; a Fundação de Direito Público é prevista na legislação federal e é compatível  
1007 com a legislação de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.199/1999), além de ser incompatível com  
1008 a legislação de São Paulo, não há normas gerais estabelecendo regras para essa modalidade, em

1009 geral, não é prevista a participação da sociedade civil; já o Consórcio Público de Direito Público,  
1010 é previsto na legislação federal e é compatível com a legislação de Minas Gerais (Lei Estadual nº  
1011 13.199/1999), sendo aprovada por uma nova lei, seria compatível com a legislação do estado de  
1012 SP, independentemente da Lei nº 10.020/1998. No segundo caso, referente a as Entidades  
1013 Delegatárias, previstas na Lei nº 10.881/2004), Leonardo (Engecorps) diz que também possui  
1014 três tipos de entidades possíveis: Fundação de Direito Privado, criada por lei específica, que  
1015 estabelecerá o regime jurídico da entidade, adquire personalidade jurídica com a inscrição da  
1016 escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, é prevista na  
1017 legislação federal e é compatível com a legislação de São Paulo (Lei Estadual nº 10.020/1998),  
1018 não é compatível com a legislação de Minas Gerais; o Consórcio Público de Direito Privado,  
1019 criado por lei específica, que estabelecerá o regime jurídico da entidade, deve atender aos  
1020 requisitos da legislação civil, assemelha-se a uma associação civil. É prevista na legislação  
1021 federal e é compatível com a legislação de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.199/1999), além de  
1022 ser incompatível com a legislação de São Paulo, há que considerar que o esforço político de  
1023 instituir um consórcio público com natureza semelhante à de uma associação civil parece ser  
1024 desnecessário; e a Associação Civil sem fins lucrativos, onde o Estatuto Social, com a eleição dos  
1025 representantes dos órgãos, é registrado no cartório de registro de pessoas jurídicas, com  
1026 estrutura flexível, o modelo está pronto para a União e para Minas Gerais, não é compatível com  
1027 a legislação de São Paulo. Débora (FIESP) agradece pelo esforço em atender o pedido com a  
1028 planilha. Em seguida iniciou-se a apreciação do arquivo de anexos, José Edilberto (ADISMIG) diz  
1029 que colocou um arquivo no grupo no qual ele achou falta na apresentação de uma  
1030 contextualização, e sugere uma apresentação propriamente, para não chegar na tabela sem  
1031 essa contextualização, então ele sugere uma apresentação sucinta. Leonardo (Engecopros) diz  
1032 que a apresentação é o item 01. José Edilberto (ADISMIG) diz que iria ocupar meia página,  
1033 apenas para situar. Leonardo (Engecopros) diz que ai perde o caráter de anexo, normalmente o  
1034 anexo nem tem essa apresentação, são somente as tabelas, pra ser anexo tem que entrar direto  
1035 no assunto. Laura (IGAM) diz que sugere que seja explicado o que é executor nas fichas onde o  
1036 CBH Grande aparece como executor porque o CBH Grande não executa. Leonardo (Engecopros)  
1037 diz executa sim, por exemplo, aprovar um enquadramento. Laura (IGAM) diz por exemplo  
1038 quando é contratar estudo a atuação do CBH Grande aparece como execução. Leonardo  
1039 (Engecopros) e Wagner (ANA) pedem para ver exemplos. Leonardo (Engecopros) diz que  
1040 geralmente está como acompanhamento. Laura (IGAM) diz por exemplo na página 61/62,  
1041 atualização o manual operativo, atualizar a execução do CBH Grande; ela diz que a sugestão dela  
1042 é explicar que quando o CBH estiver marcado como execução, é uma execução a partir de sua  
1043 secretaria ou de sua agência. Leonardo (Engecopros) diz que não necessariamente. Wagner  
1044 (ANA) diz que tem o responsável direto (quem deve pagar), mas tem uma parte que é selecionar  
1045 as ações que são o comitê que vai fazer isso. Na página 9, José Edilberto (ADISMIG) sugere  
1046 manter a redação do PP05- “[...] Estes estudos deverão ser realizados conforme Termo de  
1047 Referência a ser apresentado no MOP” ou justificar a retirada do termo de referência desta  
1048 atividade. Leonardo (Engecopros) diz que o MOP não faz parte do plano, então não pode citar  
1049 ele. José Edilberto (ADISMIG) pergunta se então houve um equívoco. Leonardo (Engecopros) diz  
1050 que sim, assim como os estudos, na época foram acrescentados coisas que seriam feitas naquele  
1051 momento que foi retirada a pedido naquela época. José Edilberto (ADISMIG) pergunta se vai ficar  
1052 com o registro equivocado. Leonardo (Engecopros) responde que não é que é equivocado, esse  
1053 é o plano. José Edilberto (ADISMIG) diz que entendeu. Irene (DAEE) diz que na página 14, na  
1054 meta de avaliar estudos das metodologias de outorga para águas subterrâneas e propor as  
1055 melhorias das metodologias em MG e SP; nas 5ª diretriz de referência, ela tem dúvida entre as  
1056 autoridades outorgantes do estado e a ANA e pergunta como que a ANA entra como autoridade

1057 subterrânea. Leonardo (Engecorps) diz que essa meta pode ser suprimida porque foi copiada  
1058 das diretrizes de outorga. Wagner (ANA) diz que são diretrizes de referência. Leonardo  
1059 (Engecorps) diz que tira a ANA, solicitação atendida. Na página 33, programa 5, atividade 6,  
1060 corrigir redação Catanduva- SP e Barbacena MG; solicitação atendida. Na página 35, Débora  
1061 (FIESP) pede para tirar a primeira frase, também da atividade 1 e na página 42 também;  
1062 solicitação atendida. Edgar (ANA) diz que foi pedido para retirar o capítulo 5 do relatório 4, mas  
1063 ele tem que ficar pelo menos como meta porque é conteúdo mínimo dos planos, vai voltar  
1064 somente a ação da proposta do estudo. Na página 100, José Edilberto (ADISMIG) questiona  
1065 sobre a criação do grupo para discutir a restrição de uso, chama atenção que deveria ser  
1066 mantido e foi excluído. Leonardo (Engecopros) diz que ela está no texto, passou para atividade,  
1067 porque é uma atividade. Wagner (ANA) faz um pedido para o grupo e pergunta se o grupo  
1068 permite que ele faça a apresentação do plano na plenária. Débora (FIESP) justifica que por  
1069 problemas de saúde, não ficará na plenária. O grupo concorda com o pedido do Wagner (ANA).  
1070 Laura (IGAM) e Carlos Wagner (ABES) agradece Wagner (ANA) pela dedicação junto ao grupo. .  
1071 Débora (FIESP) diz que referente aos prazos, até quarta para o grupo enviar as considerações,  
1072 dia 11/09 o Edgar (ANA) envia a atualização para o grupo e a próxima reunião do GT ficou  
1073 agendada para o dia 21/09/2017. José Edilberto (ADISMIG) diz que não divulgou o parecer e  
1074 quadro apresentado pelo Leonardo (Engecopros), ele pede para que seja colocado no grupo ou  
1075 então que divulgasse para os membros para efeito de histórico. Débora (FIESP) diz que irá enviar.  
1076 José Edilberto (ADISMIG) pergunta se será enviado hoje ainda. Débora (FIESP) diz que amanhã  
1077 cedo. Wagner (ANA) diz a Januária (IGAM) que quando o link da atualização for enviado para o  
1078 grupo, ele acha que pode ser enviado também para a consulta dos membros da CTI e CTIL. A  
1079 Coordenadora do GT Plano encerra a reunião. Os áudios do tipo MP3 desta reunião possuem o  
1080 tempo de duas horas dez minutos e trinta e oito segundos no período da manhã e duas horas  
1081 cinquenta e oito minutos e vinte e quatro segundos no período da tarde. Nada mais a tratar  
1082 nessa data, encerro esta ata, Aline Luciana Dias, constando que a Lista de Presença é parte  
1083 integrante deste documento.